UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO

MARGARETH SOARES GALVÃO

# ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO, RESPONSABILIDADE SOCIAL, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM COMÉRCIO EXTERIOR: REALIDADE E REFLEXOS

SÃO PAULO

2009

# Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

**MARGARETH SOARES GALVÃO**

# ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO, RESPONSABILIDADE SOCIAL, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM COMÉRCIO EXTERIOR: REALIDADE E REFLEXOS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração da Universidade Nove de Julho, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração

**ORIENTADORA:**
**PROFA. DRA. JOULIANA NOHARA**

**São Paulo**
**2009**

Ficha catalográfica

Galvão, Margareth Soares.
Estratégia, Inovação, Responsabilidade Social, Competências e Habilidades no Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior: realidade e reflexos / Margareth Soares Galvão. São Paulo, Universidade Nove de Julho (UNINOVE) 2009.
106 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Nove de Julho, UNINOVE, 2009.

Orientadora Jouliana Jordan Nohara.

1.Comércio Exterior 2.Ensino Superior de Tecnologia 3.Stricto sensu em Administração.

CDU 339.5

**ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO, RESPONSABILIDADE SOCIAL, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM COMÉRCIO EXTERIOR: REALIDADE E REFLEXOS**

Por

Margareth Soares Galvão

Dissertação apresentada a Universidade Nove de Julho, Programa de Pós-Graduação em Administração, para a obtenção do grau de Mestre em Administração, pela Banca Examinadora formada por:

---

**Presidente da Banca: Profa. Dra. Jouliana Nohara - Orientadora UNINOVE**

---

**Membro: Prof. Dra. Maria Tereza Saraiva – UNINOVE**

---

**Membro: Prof. Dr. Antonio Carlos Giuliani – UNIMEP**

Dedico este trabalho a minha mãe (*in memoriam*), ao meu marido José Paulo e a minha filha Gabriela que nos momentos mais difíceis sempre estiveram ao meu lado, agradeço ao incentivo e compreensão.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu marido e minha filha, por me encorajarem todo tempo a não desistir dos meus objetivos; minha orientadora Jouliana Nohara pela paciência e compreensão.

Também agradeço ao meu amigo Nilo e minha amiga Neuza pela ajuda na pesquisa e conselhos. E aos meus queridos amigos do Mestrado: Daniela, Maria do Carmo e Renato.

**RESUMO**

O objetivo principal do estudo foi analisar as transformações do Ensino Superior no Brasil por meio do desenvolvimento de um estudo de caso no Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos: refletir sobre a produção do conhecimento e a interação do curso com o mercado de trabalho, descrever como se processa a formação do Tecnólogo em Comércio Exterior da UNINOVE, identificando o modelo dessa formação; analisar, de acordo com a nova LDB, a grade curricular e o projeto pedagógico da formação do curso; identificar no mercado de trabalho as áreas de atuação para os Tecnólogos em Comércio Exterior e verificar se elas condizem com a formação do egresso; e. estabelecer um perfil do discente, tendo em vista a realidade profissional dos egressos. O referencial teórico teve como base tratar do desenvolvimento de competências necessárias ao aluno dos cursos de tecnologia e das dificuldades para associar essas competências com as exigências de mercado. A Metodologia da Pesquisa foi um Estudo de Caso único. Foram utilizados documentos oficiais que tratam da formação desse tecnólogo e questionários semi-estruturados como instrumento para levantar dados sobre a formação acadêmica e a expectativa profissional dos egressos. Em termos gerais, os resultados apontam que o curso, com duração de dois anos, acompanha as mudanças estruturais da economia e de política que influenciam o futuro tecnólogo. O trabalho permitiu compreender melhor o objeto da pesquisa. Para futuros estudos, sugere-se ampliar o estudo de caso à outros cursos e instituições de ensino superior.

Palavras-chave: Ensino Superior de Tecnologia, Comércio Exterior, Tecnólogo em Comércio Exterior.

**ABSTRACT**

The main objective of the study was to analyze the transformation of higher education in Brazil through the development of a case study in the College of Technology course in Foreign Trade of UNINOVE. Thus, we defined the following specific objectives: to reflect on the production of knowledge and interaction with the current job market, how it handles the training of Technology in Foreign Trade of UNINOVE, identifying the type of training, review, according with the new LDB, the grade curriculum and pedagogical training of the course, identifying the labor market performance in the areas of Technology in the Foreign Trade and see if they match the training of egress, and. to establish a profile of students, for the reality of vocational graduates. The theoretical framework was based on treating the development of skills necessary for the student of the courses of technology and the difficulties to link these skills with the demands of the market. The research methodology was a case study unique. We used official documents dealing with the formation of this technology and semi-structured questionnaires as a tool to raise data on academic and professional expectations of graduates. Overall, the results indicate that the course, lasting two years, accompanying the structural changes of economy and policy affecting the technological future. The work led to better understand the object of research. For future studies, it is suggested to extend the case study for other courses and institutions of higher education.

Keywords: Higher Education of Technology, Foreign Trade, Technologist in Foreign Trade.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Etapas de elaboração da Administração Estratégica 53

Quadro 2 – Grade Curricular do Curso Superior de TCE da UNINOVE 67

Quadro 3 – Resultado Agrupado por ordem de opiniões 87

Gráfico 1 – Comparação do número de egressos 64

Gráfico 2 – Comparação entre vagas, matrículas e ociosidade 65

Gráfico 3 – Gráfico temporal da estrutura do curso 74

Gráfico 4 – Avaliação do Curso Superior de TCE 80

Gráfico 5 – Número de filhos dos discentes do Curso de TCE 80

Gráfico 6 – Sexo dos discentes do Curso TCE 81

Gráfico 7 – Interesse dos discentes em fazer Pós Graduação após o término do Curso de TCE 82

Gráfico 8 – Cursos de Pós Grad. pretendidos pelos discentes do Curso de TCE 82

Gráfico 9 – Pontos Fortes do Curso de TCE 83

Gráfico 10 – Coordenação do Curso de TCE 87

Gráfico 11– Pontos Fracos do Curso de TCE 84

## LISTA DE TABELAS

Tabela I – Panorama de exportação de tecnologia Mundial X Nacional 36

Tabela II – Comparação do número de ingressantes, em Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial, nos anos de 2006 e 2007 – Brasil 35

Tabela III – Atuação das Empresas na Participação de Projetos 58

Tabela IV – Fatores determinantes para escolha do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE 79

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABDI –** Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

**ABMES –** Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior

**ANET –** Associação Nacional de Educação Tecnológica

**APEX –** Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

**CEB –** Câmara de Educação Básica

**CEPE –** Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão

**CES –** Câmara de Educação Superior

**CET –** Centro de Educação Tecnológica

**CNE –** Conselho Nacional de Educação

**CNEP –** Centro Nacional de Estudos e Projetos

**CONSUN –** Conselho Universitário

**CRA –** Conselho Regional de Administração

**CST –** Cursos Superiores de Tecnologia

**DAU –** Departamento de Assuntos Universitários

**DEPLA –** Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior

**ENAD –** Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

**LDB –** Lei de Diretrizes e Bases

**LDBEN –** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**LIT –** Lei de Inovação Tecnológica

**IES –** Instituição de Ensino Superior

**INEP –** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira

**MDIC –** Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

**MEC –** Ministério da Educação

**OAB –** Ordem dos Advogados do Brasil

**PPI –** Projeto Pedagógico Institucional

**PROUNI –** Programa Universidade para Todos

**SEBRAE –** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SENAI –** Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

**SESC –** Serviço Social do Comércio

**SENAC –** Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**SETEC –** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

**TCE –** Tecnologia em Comércio Exterior

# SUMÁRIO

**1 INTRODUÇÃO** 14
1.1 Apresentação do Tema de Pesquisa 16
1.2 Formulação da Problemática 17
1.3 Objetivos do Trabalho 19
1.3.1 Objetivo Geral 19
1.3.2 Objetivos Específicos 19
1.4 Justificativa e Relevância Social 19
1.4.1 Justificativa de Estudo 19
1.4.2 Contexto da Formação Profissional 21
1.4.2.1 O panorama da tecnologia face ao tecnólogo 29
1.4.2.2 As normas definidoras da Lei de Inovação Tecnológica do Brasil 31

**2 REFERÊNCIAS TEÓRICAS** 36
2.1 O Desenvolvimento de Competências e o Currículo proposto pelas IES 36
2.1.1 Conceito de Conhecimento 36
2.1.2 Conceito de Qualificação 39
2.1.3 Conceito de Competência e Habilidade 40
2.1.4 Conceito de Currículo 43
2.2 A Docência no Ensino Superior 45
2.2.1 Os modelos de gestão das IES e suas mudanças com relação ao mercado e ao tempo 48
2.2.2 A Responsabilidade Social como estratégia empresarial 53

**3 METODOLOGIA** 57
3.1 Amostragem 59
3.2 Procedimento Metodológico – Estudo de Caso 59
3.3 Instrumentos da pesquisa e análise de dados 60

**4 CONTEXTO EMPÍRICO** 61
4.1 Histórico do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE 61
4.1.1 Coerência curricular com os objetivos do curso 68
4.1.1.1 Objetivos Gerais 68
4.1.1.2 Objetivos Específicos 68
4.1.2 Coerência curricular com o perfil desejado do egresso 69
4.1.3 Coerência do currículo com as Diretrizes Curriculares Nacionais 72
4.1.4 Administração acadêmica: Colegiado de Curso 74
4.1.4.1 Composição e funcionamento do Colegiado de Curso 74
4.1.4.2 Articulação do colegiado de curso com os colegiados superiores da Instituição 74
4.1.4.3 Articulação do Projeto Pedagógico do Curso com o PPI e o Plano de Desenvolvimento Institucional 74

**5 RESULTADOS – ANÁLISE E DISCUSSÃO** 77

**6 CONSIDERAÇÕES FINAIS** 89

**BIBLIOGRAFIA** 92

**APÊNDICE A – MODELO DO QUESTIONÁRIO** **98**

**APÊNDICE B – ENTREVISTA** 102

# 1 INTRODUÇÃO

A evolução tecnológica tem provocado no comportamento da sociedade constantes quebras de paradigmas. Por conseqüência, observa-se alterações no conhecimento e em seu uso pela sociedade que busca uma posição dentro do mercado de trabalho. Cada vez mais, as respostas devem ser velozes e precisas para satisfazerem o mercado, a economia, e as formas das relações da sociedade e seu meio. Assim, surge a necessidade de superações por parte das universidades que devem buscar um ensino dinâmico e qualitativo.

Na dinâmica relação entre mercado de trabalho, sociedade e universidade, a procura por cursos superiores de tecnologia cresceu. O perfil dos discentes mudou e o mercado de trabalho criou nichos específicos para esses profissionais.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número de cursos superiores de tecnologia cresceu 96, 7% entre 2004 e 2006.

O Censo da Educação Superior de 2004 (INEP/MEC, 2004) constatou que o país tem 4, 1 milhões de estudantes em cursos de graduação. O ensino superior, que antes era restrito a um grupo da elite, passou a figurar de forma mais ampla entre a população que anteriormente era excluída desse nível de ensino. Pode-se dizer que houve uma maior democratização do acesso ao ensino superior. O Censo de 2004 traz dados significativos para o histórico dos cursos de tecnologia em nível superior: em 1998, o total desses cursos era 973, sendo 209 em instituições públicas e 764 privadas. Já em 2004 o total, passou para 2.013, sendo 224 em públicas e 1.789 em privadas. O número de instituições também aumentou, possibilitando o aumento do número de matrículas que, em 1998 era de 2.125.958, e em 2004 passou para 4.163.733.

Em contrapartida, a proliferação desmedida dos cursos técnicos trouxe problemas como a falta de parâmetros para a avaliação e a descrença por parte dos alunos e empresários sobre esses cursos, que têm menor duração que os cursos superiores tradicionais. Outro problema é a dificuldade para estabelecer padrões curriculares. É notória também a desaceleração do ritmo de crescimento no setor privado, que vem apresentando uma gradual e constante diminuição, mas ainda é responsável por 71, 7% da distribuição das matrículas no Brasil. Esses índices

mostram um cenário educacional majoritariamente noturno que se expande principalmente no setor privado, onde o aluno trabalhador tem maior acesso.

Os Centros de Educação Tecnológica e as Faculdades de Tecnologia, embora representando apenas 7, 4% do total de instituições do sistema, foram as que tiveram o mais expressivo crescimento de todos os modelos de organização acadêmica, atingindo, neste período, 54, 8%. Existem 95 instituições privadas, que oferecem 393 (51, 8%) cursos, com um total de matriculados de 26.358 alunos, e 49 instituições públicas que oferecem 365 (48.2%) cursos, com total de 50. 074 matriculados. Houve um crescimento de 53, 1%, no ano de 2004, indicando que no período o Brasil tenha decuplicado o número de cursos oferecidos por esta modalidade de organização acadêmica (INEP/MEC, 2004).

O crescimento subsidiado em sua maioria nas instituições de ensino privado proporcionou em princípio mais de 1300 denominações segundo o MEC, que decidiu regulamentar esses cursos criando: avaliações por meio do ENAD, que já eram aplicadas aos cursos superiores tradicionais e restringindo para 90 as denominações desses cursos.

O escopo desta dissertação restringe o campo de investigação ao curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior que, de acordo com o MEC, tem a seguinte definição:

> O Tecnólogo em Comércio Exterior gerencia operações de comércio exterior, tais como: transações cambiais, despacho e legislação aduaneira, exportação, importação, contratos e logística internacional. Prospecta e pesquisa mercados, define plano de ação, negocia e executa operações legais, tributárias e cambiais inerentes ao processo de exportação e importação. Além disso, controla fluxos de embarque e desembarque de produtos, providencia documentos e identifica os melhores meios de transporte, de forma a aperfeiçoar os recursos financeiros e humanos para o comércio (Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia).

E estão sob estas características, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, fornecido pelo MEC, não só o curso de Comércio Exterior como os de Gestão Comercial, Gestão da Qualidade, Gestão de Cooperativas, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Gestão Pública, Logística, Marketing, Negócios Imobiliários, Processos Gerenciais e Secretariado. Todos os tecnólogos formados por esses cursos devem estar preparados para a tomada de decisão em relação às esferas de negócios.

O crescimento notório dessas configurações de curso aponta o aumento quantitativo de professores que buscam os mesmos alvos, também incentivados pelas políticas governamentais. É necessário ampliar os estudos sobre esse contexto, visto que são limitadas as pesquisas, sobre os cursos superiores de tecnologia. Pouco se sabe sobre a formação, o perfil e a inserção dos profissionais oriundos desses cursos tecnológicos no mercado. Somente com esse conhecimento é possível tecer considerações a cerca da gestão desse modelo de curso.

## 1.1 Apresentação do Tema de Pesquisa

Nesse contexto, novos desafios são impostos tanto pelas mudanças tecnológicas quanto organizacionais. Os cursos superiores em tecnologia seguem um modelo que, ao invés de trabalhar o conhecimento da forma tradicional, trabalha o aprendizado do conhecimento em uso. O conhecimento precisa ser alterado de acordo com as exigências de mercado. Assim, o ensino superior interage com as necessidades do setor produtivo.

O governo vem estimulando este tipo de cursos e para manter a sua qualidade, nos últimos anos, estabeleceu sua regulamentação através das Diretrizes Curriculares do MEC e dos dispositivos legais que a lei lhe confere.

A expansão dos cursos superiores de tecnologia abriu discussões sobre a formação de competências e as características ideais dos professores que ministram aulas nestes cursos específicos. Ainda não há consenso sobre os modelos de gestão que devem figurar como ideais para essa modalidade de ensino.

Segundo Bilessimo (2007) uma das grandes preocupações do MEC reside na avaliação das condições de trabalho do professor (regime de trabalho, estrutura disponível e titulação) e da participação efetiva do coordenador nas atividades. O autor ainda menciona a necessidade de avaliar aspecto como: legislação existente, burocracia institucional, infra-estrutura disponível, orçamento, concorrência, realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, mercado de trabalho para os egressos, convênios e, tecnologia.

A partir da aplicação de instrumento de avaliação as Instituições de Ensino Superiores tiveram que se adaptar e corrigir problemas antigos e supostamente superados para reverem seus conceitos de gestão com relação a estes modelos de cursos, até então estigmatizados pelo mercado e muitas vezes negligenciados pelas

próprias instituições. Durante muito tempo, os cursos tecnológicos não possuíam uma regulamentação que gerasse confiabilidade por parte de empresários e do mercado. Hoje o cenário é diferente e os mesmos cursos tecnológicos estão em evidência para que busquem uma qualificação em curto prazo.

Desta forma, o ensino de qualidade envolve muitas variáveis e entre elas a organização inovadora, aberta, com um projeto pedagógico (coerente, dinâmico e participativo); infra-estrutura adequada, atualizada, confortável; tecnologias acessíveis, disponíveis e adequadas; profissionais preparados intelectual, emocional, comunicacional e eticamente e com boa remuneração; condições de trabalho adequadas para estes profissionais e tempo para os profissionais, pesquisarem e estudarem (MORAN et al. , 2000, p. 14).

Diante do exposto, verifica-se a necessidade de estudos que visem analisar não apenas o produto ao final dos cursos, mas os modelos de gestão para os cursos de tecnologia em negócios, que visivelmente têm procurado se estruturar na perspectiva da administração, mas que sofrem constantes mudanças face às solicitações de mercado.

## 1.2 Formulação da Problemática

Se inicialmente o desafio das faculdades de tecnologia era garantir a empregabilidade, com as transformações dos cenários ao longo das últimas décadas, essa preocupação passou a residir na existência da garantia de cursos que não percam sua relevância em curto prazo.

Os órgãos oficiais têm procurado restringir as denominações dos cursos tecnológicos; controlar, por meio de avaliações, a excelência dos cursos oferecidos; avaliar o produto “aluno”, bem como a instituição que promove o curso.

Por outro lado, as Instituições de Ensino Superior (IES) criaram estratégias que lhes permitem a sobrevivência no mercado. Investimentos do governo têm ajudado na ampliação da oferta de cursos superiores pois há grande demanda no mercado por esses profissionais.

Petrossi (2003) afirma que o aprendizado das condições técnicas é cada vez mais decisivo para preparar e adaptar o profissional às rápidas mudanças no mercado de trabalho. O ensino técnico também gera inovações em produtos, processos e formas organizacionais e compartilha direitos e responsabilidades

sociais. Esses fatores justificam a preocupação com a importância do ensino de caráter profissional e tecnológico. No mercado de trabalho, os impactos das mudanças nos cursos técnicos de nível superior são mais evidentes: desencadeiam uma reestruturação global das oportunidades de emprego.

O modelo de gestão das IES passou do pré-estabelecido para o improvisado diante das mudanças geradas pelo meio no qual estão inseridas. Elas estão estruturadas de forma que as mudanças geradas criem impacto direto na forma de ensino devido à necessidade do mercado de trabalho. Outro fator relevante é o aquecimento da indústria da educação que culmina por demandar profissionais como coordenadores, professores e gestores, que por sua vez, possuem impacto direto na formação da grade curricular e nas formas de ajuste.

Dentre os argumentos apresentados ao longo desta introdução, estabeleceu-se optar por centrar esta pesquisa na proposta de Curso Superior de Tecnologia da Universidade Nove de Julho - UNINOVE, como uma investigação particular da formação superior tecnológica em Comércio Exterior, mediante a formulação do problema nas seguintes questões:

- Quais transformações tem ocorrido no Ensino Superior no Brasil e qual modelo vem se desenvolvendo no contexto da necessidade do mercado de trabalho por Tecnólogos?

## 1.3 Objetivos do trabalho

### 1.3.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo analisar as transformações do contexto de Ensino Superior no Brasil por meio de um estudo de caso no Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE, verificando as competências e habilidades na produção do conhecimento e a interação do curso com o mercado de trabalho.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Descrever como se processa a formação do Tecnólogo em Comércio Exterior da UNINOVE, identificando o modelo dessa formação;

- Analisar, de acordo com a nova LDB, a grade curricular e o projeto pedagógico da formação do curso;
- Identificar no mercado de trabalho as áreas de atuação para os Tecnólogos em Comércio Exterior e verificar se elas condizem com a formação do egresso;
- Estabelecer um perfil do discente, tendo em vista a realidade profissional dos egressos.

## 1.4 Justificativa e Relevância Social

### 1.4.1 Justificativa de Estudo

O interesse por estudar sobre a formação do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior deve-se, em parte pelo oferecimento desse curso na maioria das IES do país. Além disso, o crescimento do Comércio Internacional alterou, a economia do Brasil e suas perspectivas dentro do cenário internacional passaram por diversas reestruturações ao longo de várias décadas. Tais mudanças exigem novas formas de estruturação das grades curriculares, que precisam considerar as novas perspectivas mercadológicas, tendo em vista a formação do egresso que interage no mercado de trabalho brasileiro, que é tido como um mercado emergente em âmbito mundial.

Bennis e Otoole (2005) ressaltam a necessidade do ensino crítico nas escolas de negócio, nas quais o curso de Tecnologia em Comércio Exterior está inserido. A atual crise do ensino deve-se a formação mais centrada em teorias e metodologias estatísticas, em detrimento da formação de habilidades necessárias ao pensamento crítico, indispensável à prática e à tomada de decisão.

Para Bohlander (2003), as tecnologias que estão em rápidas mudanças exigem que os funcionários aperfeiçoem continuamente seus conhecimentos, habilidades e aptidões para lidar com novos processos e sistemas. Com isso, os cargos que requerem pouca habilidade estão sendo rapidamente substituídos por aqueles que exigem habilidades técnicas, interpessoais e de solução de problemas.

Fatores como mudanças, gestão eficaz do conhecimento aliados as informações precisas fazem com que os países invistam em capital humano para transformá-lo competitivamente. E é por meio da IES que os governos vêem a

chance de tornar-se cada vez mais competitivos, aliando seus recursos com a capacidade de seus cidadãos.

Segundo Valmor Bolan, coordenador da comissão de criação do CAENS (Código de Autoregulamentação das Instituições Particulares de Ensino Superior) a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior - ABMES trabalhava em 2006 na composição de um código de auto-regulamentação do Ensino Superior visando garantir a boa formação universitária a um número maior de alunos, com professores reconhecidamente capacitados e infra-estrutura adequada para atender às demandas existentes. A ABMES criou uma série de requisitos a serem preenchidos pelas instituições, independentemente da avaliação do MEC que é um imperativo constitucional e continuará sendo aplicada. A auto-regulamentação dos comportamentos éticos garante à sociedade, a eficácia das IES.

A estrutura de ensino dividida em grupos de matérias que seguem uma ordenação disciplinar pressupõe uma relação entre matérias (NICOLINI, 2003). O isolamento disciplinar torna o aprendizado confuso e pouco relevante para o futuro praticante, assim como os professores e possíveis pesquisadores. Ao final do processo da graduação, espera-se que os alunos tenham estabelecido as conexões entre todas as disciplinas ministradas no curso, ainda que ordenadas em uma lógica penosa e em um currículo extenso, estimulando a fragmentação do conhecimento e contrariando o princípio da ordenação da multiplicidade de matérias em um repertório.

A serviço dessas mudanças estão às tecnologias da informação como o ensino a distância, as universidades corporativas que encurtam distâncias entre acadêmicos e praticantes, as empresas de consultoria e treinamento que comercializam pacotes de treinamento desde o nível de tecnólogo até o de especialização (OLIVEIRA, 2005).

O presente estudo torna-se relevante tanto para a Instituição de Ensino quanto ao oferecimento de oportunidade na tomada de decisão estratégica, sob o ponto de vista mercadológico, no sentido do estímulo para o acompanhamento e avaliação constante da formação superior em comércio exterior com base científica.

A escolha pelo curso de tecnologia em Comércio Exterior justifica-se pelo destaque de sua excelência dentro da Instituição analisada, da sua importância no cenário econômico brasileiro, na demanda de mercado por estes profissionais e na busca de respostas e reflexões pelos problemas de pesquisa formulados.

### 1.4.2 Contexto da Formação Profissional

A partir do conhecimento produzido pelo ambiente acadêmico e científico, tais ideais se materializam em tecnologia e chegam ao mercado na forma de novos padrões de comportamento, procedimentos, técnicas e equipamentos cada vez mais acessíveis à sociedade (que tenta se adaptar, se antecipar e se mover dentro deste processo de conscientização).

A crescente incorporação da ciência e da tecnologia aos processos produtivos e sociais a serviço dos processos de acúmulo do capital globalizado produz uma contradição sensível: quanto mais se simplificam as tarefas, mais conhecimento se exige do trabalhador. Em decorrência disso, exige-se a ampliação da escolaridade, do profissional através de processos permanentes de educação continuada.

A Educação Profissional traz consigo estigmas de cada época vivida pelo país. Há períodos de incentivos e de retrocessos devido às políticas adotadas pelos governos. Os cursos de tecnologia surgiram durante a ditadura militar, e estavam voltados para a economia de mercado e tinham uma ideologia desenvolvimentista. A tendência era diminuir os custos, com máxima eficácia, favorecendo a formação de cursos profissionalizantes. Na década de 1940, os cursos de tecnologia fundamentam o cenário da história da educação profissional brasileira, e passa a ser foco de interesse para atender às demandas do processo de industrialização e de modernização em que o governo brasileiro expandiu a rede de escolas técnico-profissionais públicas com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e, mais tarde, Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Social do Comércio (SESC). Estendendo o processo aos filhos de operários que não dariam continuidade aos seus estudos de ensino superior e necessitavam de qualificação para ingressar no mercado de trabalho.

O período de 1964 a 1971 tornou-se um marco-divisor das profundas mudanças históricas, envolvidos pela Revolução de 1964 e o período de Industrialização, o qual necessitava de pessoas para atuarem no mercado de trabalho, principalmente que soubessem ler e escrever para poderem manusear máquinas industriais. Nesse período, as autoridades de ensino não priorizavam o conhecimento científico. Neste período, surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 5692/71, que reconheceu a integração completa do ensino

profissionalizante ao sistema regular de ensino, estabelecendo a plena equivalência entre os cursos profissionalizantes e o propedêutico que prepara e habilita, para fins de prosseguimento nos estudos.

A Lei nº 5692/71 rompeu com uma tradição que não vinculava o Ensino Colegial ao mundo do trabalho profissional. Essa lei torna obrigatória a aquisição de uma profissão pelo estudante, mesmo aquele que buscava o colegial apenas como caminho para o ensino superior.

Para atender a uma demanda específica do setor produtivo, a Legislação lança uma listagem de 52 habilitações plenas (nível médio) e 78 habilitações parciais (nível auxiliar) conforme Parecer 45/72, sendo a maior parte voltada para o setor secundário, mostrando a concordância da proposta pedagógica e o modelo de desenvolvimento pretendido.

As principais deficiências apontadas no modelo implantado pela LDB nº 5.692/71, foram a não-preservação na carga horária da formação de base (segundo grau); a descaracterização das redes do ensino secundário e normal mantidas por estados e municípios; a criação de cursos de formação profissional mais por imposição legal do que por demanda da sociedade; e a falta de apoio às instituições públicas especializadas em educação profissional.

Essas deficiências foram, em parte, contornadas pela Lei nº 7.044/82, que extinguiu a obrigatoriedade da habilitação profissional no segundo grau. As escolas passaram a oferecer, em sua maioria, somente o ensino secundário acadêmico e a educação profissional continuou a ser ministradas pelas instituições especializadas.

Acioli (2004) ressalta que na década de 70 os cursos de tecnologia eram considerados de nível superior, embora enquadrados como Técnico de Grau Médio, e carregavam em sua denominação a expressão “Curta duração”, objetivando acentuar a diferença entre eles e os cursos universitários tradicionais de duração mais longa. Por isso, rapidamente esse profissional passou a ser visto como um profissional de baixa formação ou menos qualificado, sugerindo uma injusta conotação de inferioridade.

Em 2002, foram instituídas as Diretrizes Curriculares para os curso superiores de tecnologia pelo Conselho Nacional de Educação e estabeleceu a Resolução CNEP/CP nº 3, de 18 de dezembro de 2002, para organizar o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto nas alíneas “b” e “d” do Artigo 7º, na alínea “c” do § 1º e na alínea “c” do § 2º do Artigo 9º da Lei 4.024/61, na redação dada pela Lei Federal 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos Artigos 8º, § 1º, 9º, Inciso VII e § 1º, 39 a 57 da Lei 9.394, de 20 de novembro de 1996 (LDBEN), nos Decretos 2.208, de 17 de abril de 1997, e 3.860, de 9 de julho de 2001, e com fundamento no Parecer CNE/CES 436/2001 e no Parecer CNE/CP 29/2002, homologado pelo Senhor Ministro da Educação em 12 de dezembro de 2002, estabeleceu:

> Art. 1º A educação profissional de nível tecnológico, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias.
> Art. 2º Os cursos de educação profissional de nível tecnológico serão designados como cursos superiores de tecnologia e deverão:
> I - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;
> II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
> III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;
> IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
> V - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
> VI - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;
> VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.
> Art. 3º São critérios para o planejamento e a organização dos cursos superiores de tecnologia:
> I - o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade;
> II - a conciliação das demandas identificadas com a vocação da instituição de ensino e as suas reais condições de viabilização;
> III - a identificação de perfis profissionais próprios para cada curso, em função das demandas e em sintonia com as políticas de promoção do desenvolvimento sustentável do País.
> Art. 4º Os cursos superiores de tecnologia são cursos de graduação, com características especiais, e obedecerão às diretrizes contidas no Parecer CNE/CES 436/2001 e conduzirão à obtenção de diploma de tecnólogo.

Com relação aos Cursos de Tecnologia, Pereira (2007) declara que as ofertas são maiores nas áreas que não concorrem com as graduações tradicionais como

tecnólogo de gestão em turismo ou em gestão ambiental. Outro fator a ser considerado reside no perfil dos alunos. Antes os alunos dos Cursos de Tecnologia já estavam no mercado e buscavam nesse curso suprir a falta de uma graduação. Atualmente além desse perfil, há alunos recém saídos do ensino médio que ainda não trabalham e desejam adquirir conhecimento em profissões consideradas novas e em expansão no mercado.

Ainda segundo Pereira (2007), o presidente da Associação Nacional de Educação Tecnológica (ANET) considera que os cursos de tecnologia podem ocupar o espaço dos cursos da graduação tradicional, desde que seja desvinculada de certos preconceitos, do curso de quatro anos em relação ao de menor duração como os de tecnologia, tema deste trabalho. Colocando como foco as IES que oferecem cursos para tecnólogos que não possuem a característica do mesmo, trazendo apenas um curso de graduação regular de quatro anos adaptado, perdendo sua característica fundamental, de aliar a teoria de um assunto específico à prática, não atendendo assim ao mercado.

Para Bastos (1991), uma das causas de rejeição aos cursos de tecnologia, é a tradição da educação brasileira marcada fortemente pelo formalismo. Pondera ainda que os Cursos Superiores de Tecnologia foram criados como Projeto do Ministério da Educação (MEC) e desde 1972 enfrentaram várias dificuldades: rejeição por parte do mercado de trabalho; não aceitação pelas instituições, órgãos de classe e profissionais e pelas próprias empresas. Outro índice de rejeição é o grande número de alunos desejando continuar seus estudos em nível de pós-graduação.

Para Vitorette (2001), os Cursos Superiores de Tecnologia não foram assumidos pelo sistema que os criou, o MEC/DAU (BRASIL, 1977). Tal dado pode ser comprovado pelo fato de há muitos anos estar sendo tramitada pelo Congresso Nacional a legislação acerca da profissão de tecnólogos no Brasil sem que haja aprovação, em parte devido a pressões dos Órgãos de Classe e em parte por pressões de outros segmentos da sociedade brasileira.

Com a promulgação da LDB nº 9.39437, de 16 de dezembro de 1996, a educação brasileira passou por mudanças significativas. Entre elas, a desvinculação do ensino médio do ensino técnico, o Capítulo II, seção IV, Art. 35,

estabelece que o ensino médio é a etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos.

Na década de 1990, houve a abertura de mercado. Mais uma vez, os cursos de tecnologia deveriam ser uma solução para a adequação de mão de obra à nova realidade. A política internacional comandada pelo Fundo Monetário Internacional impulsionou os Cursos de Tecnologia que deveriam frear o crescente número de desempregados que surgiam tanto pela falta de capacitação profissional quanto pelo próprio cenário da época.

Em momentos diferentes, por razões muito parecidas, o governo viu no curso tecnológico uma solução prática e rápida para atender às necessidades da demanda.

Lima Filho (2002) ressalta que, a política educacional do Brasil sofre influência do Banco Mundial, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, uma vez que as instituições educacionais devem habilitar o futuro profissional a acompanhar a modernização, aumentando a produtividade do trabalho e competitividade da produção nacional.

> A proposta educacional dos organismos internacionais considera que a educação, desenvolvimento e mobilidade social formam uma "feliz aliança", capaz de retirar os países de baixa e média renda da condição de atraso, atribuída às deficiências e baixa eqüidade de seus sistemas educacionais (LIMA FILHO, 2002, p. 276).

A LDB 9394/96 diferenciou os objetivos do ensino regular dos da Educação Profissional e o Parecer CES n° 436/01 estabeleceu que os cursos superiores de tecnologia são CURSOS DE GRADUAÇÃO, com características especiais, e que devem obedecer as diretrizes contidas no Parecer CNE/CES 436/01.Os egressos dos Cursos Superiores de Tecnologia podem prosseguir seus estudos, após a aprovação em processo seletivo, nos programas de graduação (bacharelado) e de pós-graduação.

Segundo Machado (2002, p. 43), a educação profissionalizante vêm se transformando em uma mercadoria valiosa, por supostamente significar "garantia" contra o desemprego ou o "passaporte" para melhores e maiores oportunidades no mercado de trabalho.

Tendo estes cursos, programas de curta duração, de no mínimo dois anos, destinados a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente

atendem diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas, ao aliar teoria e prática, por meio de estágios, seleção de melhores propostas por incubadoras de empresas, que buscam nas universidades talentos e projetos com potencial, e por fim o próprio mercado de trabalho que define o perfil do profissional. Com isso, diferenciam-se dos tradicionais cursos de bacharelado por não darem direito ao registro nos conselhos profissionais (tal como o CRA no caso da Administração ou da OAB no caso de Direito). Da mesma forma que não habilitam os recém formados dos cursos superiores para lecionarem como deliberam os cursos de licenciatura.

Os Cursos de Tecnologias estão focados na formação profissional para o mercado. Alguns cursos certificam gradualmente ao final de cada módulo semestral, gerando várias certificações parciais (quatro no caso de um curso de dois anos) e uma diplomação de curso superior ao final de dois anos, na maioria dos casos. As aulas são presenciais, embora seja permitido que se aplique até 20% da carga horária em ensino a distância.

As principais vantagens dos cursos de tecnologia são: a duração curta; aproveitamento das disciplinas em outros cursos de graduação (bacharelado), e a possibilidade do egresso freqüentar curso de pós-graduação, assim como participar de concursos públicos. Desta forma, os Cursos Superiores de Tecnologia possibilitam a aquisição de habilidades profissionais e o acompanhamento das mudanças do mercado de trabalho.

Cordão (2002) faz uma distinção entre os objetivos da Educação Profissional antes e depois da LDB 9394/96 mencionando que o objetivo inicial era o de capacitação de pessoas a exercer determinadas atividades, e por este motivo tornavam-se a opção que a população pobre tinha para ingressar no mercado de trabalho, haja vista a falta de condição do ingresso em cursos superiores. Ocorrendo uma mudança em que as diretrizes passam a focar o desenvolvimento do aluno, a capacidade de aprender, pensar sobre o seu fazer, de mobilizar e articular informações, de resolver desafios da vida profissional, ou seja, de estar apto a exercer uma atividade e acompanhar e produzir mudanças.

Para Prado (2004), os Cursos Superiores de Tecnologia foram criados para responder à demanda por preparação, formação e aprimoramento educacional e profissional, já que nem o mercado pode esperar tanto tempo por profissionais qualificados, nem estes querem despender quatro ou mais anos de sua vida

cursando graduação convencional. Petrossi (2003) afirma que a aprendizagem ao longo da vida é um conceito de caráter evolutivo, atualmente extensivo aos sistemas de ensino formais e não formais, o que implica em novos participantes e novos parceiros, levando à necessidade de redefinir papéis, atores e responsabilidades. Ao criar atitudes adequadas ao novo cenário, onde o aprendizado é cada vez mais decisivo tanto para se preparar e se adaptar às rápidas mudanças no mercado de trabalho e nas condições técnicas, como para gerar inovações em produtos, processos e formas organizacionais e no compartilhamento de direitos e responsabilidades sociais. Neste sentido, justifica-se a preocupação das políticas públicas com a importância do ensino em caráter profissional e tecnológico. Assim, os centros de formação profissional têm um papel fundamental na transformação da cadeia produtiva e educacional em que interage e participa.

> A horizontalização produtiva, com eliminação de funções intermediárias pela integração e flexibilização de tarefas, exige capacitação diferenciada do técnico, a partir de saber fazer- técnico e de saber- fazer- relacional no trato de questões originadas não somente da fabricação, mas dos setores de compras, de marketing, do comercial, como da engenharia de produto e de processos. (LAUDARES; TOMASI, 2003, p. 7).

Com o Decreto 2208/97, se estabeleceu com o objetivo da Educação Profissional promover a transição entre a escola e o trabalho, devendo desenvolver os conhecimentos e habilidades para o exercício de atividades produtivas, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação. No Art. 3º estabelece que a educação profissional possui três níveis:

**Básico:** destinado à qualificação e re-profissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; não necessitando de diretrizes curriculares específicas.

**Técnico:** destinado à habilitação profissional de alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto; as diretrizes curriculares são definidas pelo Parecer CNE/CEB nº 16/99 e Resolução CNE/CEB nº 04/99.

**Tecnológico:** correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica destinados a egressos do ensino médio e técnico.

O Decreto 5154, de 23 de julho de 2004, revoga o decreto 2208/97 e passa a regulamentar a educação profissional:

Art 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I – formação inicial e continuada de trabalhadores;

II – educação profissional técnica de nível médio; e

III – educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Os cursos devem ser flexíveis, de tal forma que seja permitida a criação ou a extinção do curso conforme existam as condições regionais de trabalho. Devem também apresentar interdisciplinaridade com outras áreas do saber, possibilitando o retorno contínuo do trabalhador para a re-qualificação.

Para Vitorette (2001), os tecnólogos são profissionais capacitados a entender os processos produtivos (visão holística) e suas tendências, ao mesmo tempo em que possuem uma forte preparação em determinada especialidade daquela área de atuação profissional (vertente tecnológica definida por tendências de desenvolvimento). São profissionais preparados para pensar globalmente e agir localmente.

A estruturação curricular deverá ser elaborada de acordo com o perfil profissional de conclusão do curso e no projeto pedagógico deverão constar às competências gerais e específicas da área da habilitação profissional. Esta estruturação gera maior flexibilidade na elaboração dos currículos, como também agiliza e amplia o atendimento das necessidades dos trabalhadores, visto que podem cursar os módulos de acordo com sua necessidade e, ao final do curso de todos os módulos recebem o diploma de Tecnólogo.

> A um dado conjunto articulado de competências, a critério da instituição ofertante, poderá corresponder um certificado intermediário, capacitando o estudante a desempenhar determinadas atividades específicas no mundo do trabalho. Este certificado intermediário se referirá a uma qualificação profissional identificada no mundo do trabalho. A conclusão do curso, isto é, a aquisição da totalidade das competências de uma dada modalidade, confere Diploma de Graduação em Curso Superior de Tecnologia (Parecer CNE/CP nº 29, p. 38).

A legislação que norteia o trabalho das comissões de avaliação é praticamente a mesma utilizada nos cursos de bacharelado e licenciatura: a Portaria MEC 1.647/1999 para credenciamento de Centro de Educação Tecnológica (CETs) e autorização de cursos; a Portaria do MEC 064/2001 para reconhecimento de cursos/habilitações de nível tecnológico da educação profissional; a Portaria MEC 3.478/2002, que reconhece, em caráter provisório, para o fim da expedição e de registro de Diplomas dos alunos que concluírem, até 31/12/2002 e os CSTs e o Decreto 4.504/02 que delega competência ao MEC para aprovar os estatutos e regimentos dos Centros Federais de Educação Tecnológica.

Neste sentido, é necessário que se faça uma separação do conceito de tecnólogo da tecnologia propriamente dita, o qual, Oliveira (2000, p. 02) defende que a formação tecnológica tem por objetivo:

> O compromisso com o domínio, por parte do trabalhador, dos processos físicos e organizacionais ligados aos arranjos materiais e sociais, e do conhecimento aplicado e aplicável, pelo domínio dos princípios científicos e tecnológicos próprios a um determinado ramo de atividade humana (OLIVEIRA, 2000, p. 2).

Devendo ser encarado como o encontro da cultura de um trabalho com as características interdisciplinares que tornam viável o desafio de formar profissionais num contexto de mudanças tecnológicas e organizacionais.

#### 1.4.2.1 O Panorama da Tecnologia face ao Tecnólogo

Oliveira (2000), observa a tentativa de dissociação dos cursos de tecnologia da tecnologia em si. Este tópico procura demonstrar que o contrário também é possível, visto que os cursos de tecnologia tornam-se indissociáveis da própria tecnologia tanto em seu campo conceitual como no campo prático. Partindo-se do princípio que as constantes mudanças geradas pelas inovações tecnológicas, requerem uma nova perspectiva para esse trabalho.

A partir dos anos 90, o termo “globalização” popularizou-se não apenas no discurso acadêmico, mas também no senso comum, sobretudo pela ampla divulgação dada ao termo pela mídia. Globalização passou a designar

simultaneamente as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que se aceleraram a partir dos anos setenta.

A competitividade das empresas passou a depender cada vez mais de fatores como a inovação tecnológica, que podia ser obtida através de investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, e do desenvolvimento de redes de conhecimento, compostas por atores como institutos de pesquisa, universidades e laboratórios, consórcios de empresas e clientes.

Mello (apud, Vasconcelos e Ferreira, 2002), afirma que a base dos sistemas de inovação é formada pela interação entre universidade, empresa e governo. No Brasil, esta articulação ainda é modesta.

Este fato deve-se, além dos fatores domésticos, à mudança do cenário internacional na década de 1980 que também teve uma fase crítica na definição dos limites para a estratégia de crescimento perseguida.

Em contrapartida, a insistência numa estratégia de desenvolvimento com orientação interna deixou o Brasil fora da fase inicial deste processo. Os países asiáticos com mercados internos pequenos voltaram-se para o fomento das exportações, o que implicou em fabricar produtos de maior conteúdo tecnológico. Para isso, foi fundamental colocar a educação como prioridade número um, o que resultou na formação de profissionais qualificados em todos os níveis. A falta de investimento em atividades inovadoras dentro das empresas brasileiras fez com que estas não fossem dotadas de produtos competitivos no mercado internacional.

Embora o número de pesquisadores tenha aumentado no Brasil, estes foram alocados fora da esfera produtiva das empresas, isso fez com que o número de artigos científicos no país tenha aumentado, contudo o número de patentes continua baixo (STAL, 2006, p. 26-33).

Segundo Brisolla (1998), é preciso descobrir novas maneiras através das quais o conhecimento científico se acopla à produção de bens e serviços, passando pela criação de redes de pesquisadores nas diversas instituições. Esse é o maior desafio para garantir a sobrevivência dos sistemas científicos da América Latina, e para as universidades, para que essas possam efetivamente desempenhar o importante papel que lhes cabem no processo de desenvolvimento marcado pelo que poderia se considerar a terceira revolução industrial, mas há controvérsias quando se observa o que se tem feito neste sentido quanto à inovação tecnológica nas incubadoras de empresas, intimamente ligadas às faculdades de tecnologia.

Observa-se que a Lei de Inovação Tecnológica está organizada em torno de três eixos: a constituição de ambiente propício a parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas; o estímulo à participação de instituições de ciência e tecnologia no processo de inovação; e o incentivo à inovação na empresa. Essa Lei prevê autorizações para a incubação de empresas no espaço público e a possibilidade de compartilhamento de infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos, públicos e privados, para o desenvolvimento tecnológico e a geração de processos e produtos inovadores. Também estabelece regras para que o pesquisador público possa desenvolver pesquisas aplicadas e incrementos tecnológicos.

#### 1.4.2.2 As normas definidoras da Lei de Inovação Tecnológica do Brasil

O Brasil, com a entrada em vigor da Lei de Inovação Tecnológica (LIT), no início de dezembro de 2004, passou a contar com um novo instrumento de fomento à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Essa lei favoreceu a capacitação profissional, buscando a autonomia tecnológica e o desenvolvimento industrial do País. As definições conceituais que levam à compreensão das disposições normativas da LIT estão contidas, no Intertítulo I do texto dessa Lei. O Intertítulo II cuida do estímulo à construção de um ambiente de inovação, trazendo os comandos permissivos para a interação profícua entre as entidades de pesquisa e a iniciativa privada. Destaca-se, em especial, a sinergia para viabilização de empresas emergentes, por meio do processo de incubação, e a colaboração com empresas consolidadas. O Intertítulo III orienta a geração de estímulos para a participação das entidades públicas de pesquisa no processo de inovação e preocupa-se em definir normas que permitam a transferência e o licenciamento de tecnologia das universidades e institutos de pesquisa públicos do País para o setor produtivo nacional.

A Lei de Inovação Tecnológica do Brasil busca promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas de forma a viabilizar o desenvolvimento, conforme define os artigos 218 e 219 da Constituição Federal. O estímulo à inovação coloca no mercado produtos e essa gama de benefícios está nas incubadoras de empresas. Trata-se de um ambiente que

proporciona a possibilidade de compartilhamento de infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos, públicos e privados, com as empresas nascentes. Nesse aspecto, a nova legislação pretende regularizar a situação das empresas privadas dentro das universidades e criar um sistema de incentivos fiscais para seu desenvolvimento. Ao colocar a inovação como foco principal, a Lei de Inovação Tecnológica reconhece que não basta o incentivo para Ciência e Tecnologia ou Pesquisa e Desenvolvimento. É preciso criar novos produtos e processos ou melhorar o que já existe para que os produtos finais sejam desejados pelos mercados nacional e internacional. Os principais mecanismos da Lei de Inovação Tecnológica são: bolsa de estímulo à inovação e pagamento ao servidor público de adicional variável não-incorporável à remuneração permanente. Os recursos são captados pela própria atividade, com a participação nas receitas auferidas pela instituição de origem através do uso da propriedade intelectual e da licença não-remunerada para a constituição de empresa de base tecnológica. A Lei de Inovação Tecnológica também autoriza o aporte de recursos orçamentários diretamente à empresa, no âmbito de um projeto de inovação, sendo obrigatórias a contrapartida e a avaliação dos resultados. São ainda instrumentos desta lei a encomenda tecnológica, a participação estatal em sociedade de propósito específico e os fundos de investimentos.

Para potencializar os instrumentos desta lei, o governo federal criou a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). A Agência é responsável pela execução e acompanhamento das políticas industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo. A ABDI tem como função articular ações e estratégias da política industrial por meio do apoio ao desenvolvimento do processo de inovação e do fomento à competitividade do setor produtivo. É composta por órgãos do Poder Executivo (Ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Ciência e Tecnologia e da Casa Civil), pela sociedade civil (Sebrae, Apex-Brasil e Confederação Nacional da Indústria) e pela iniciativa privada. Além disso, o Ministério da Ciência e Tecnologia está trabalhando em um projeto de lei para criar um regime fiscal favorável à inovação. Apesar desses incentivos, o número de patentes ainda é baixo em relação aos artigos científicos publicados.

**Tabela I -** Panorama de exportação de tecnologia Mundial X Nacional

| |
|---|
| 12% das exportações brasileiras são de produtos de conteúdo tecnológico alto*. A média mundial é de 30% (*computadores, equipamentos de comunicação, aviões, instrumentos, cosméticos e produtos farmacêuticos); |
| 19% das exportações brasileiras são de produtos de conteúdo tecnológico médio **. A média mundial é de 30% (**máquinas, automóveis e motores); |
| 8% das exportações brasileiras é de produtos de conteúdo tecnológico baixo ***. A média mundial é de 7%) (***produtos de aço e ferro); |
| 13% das exportações brasileiras é de produtos manufaturados intensivos em trabalho e recursos naturais ****. A média mundial de 13% (****têxteis, móveis e calçados); |
| 40% das exportações brasileiras é de commodities primárias *****, da média mundial é de 11% (*****minério de ferro, soja, café e etc.). |

**Fonte**: Elaborado pelo autor a partir de Stal (2006).

Os dados acima mostram a necessidade crescente e a própria auto-afirmação dos cursos de tecnologia com vistas de suprir as demandas em áreas que sofreram impactos significativos diante de fatores como: competitividade, globalização e desenvolvimento tecnológico. A Lei de Inovação Tecnológica, busca a transformação do que já existe em produtos inovadores e desejados pelo mercado.

As pesquisas realizadas pelo mercado, MEC e diversos setores mostram o aumento do número de Cursos Tecnológicos. Atualmente, cursos como gestão ambiental, turismo, gastronomia, gestão de rede, produção multimídia, processamento de dados, informática e eletrônica têm crescido mais que os cursos de Engenharia e áreas onde as profissões tradicionais são fortes.

**Tabela II -** Comparação do número de ingressantes, em Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial, nos anos de 2006 e 2007 - Brasil

| Comparação do número de Ingressantes, em Cursos Superiores de Tecnologia, na modalidade presencial, nos anos de 2006 e 2007 - Brasil | | | |
|---|---|---|---|
| Cursos | Ingressos em Universidades 2006 | Ingressos em Universidades 2007 | Aumento% |
| Gestão ambiental | 207 | 887 | 328, 5 |
| Gestão de empresas | 29 | 1.345 | 4.537, 93 |
| Gestão de negócios | 36 | 1.231 | 3.319, 44 |

**Fonte**: Adaptação da Autora dos dados do MEC/Inep/Deed – Fev. 2009

Silva e Mazzali (2001), comentam a importância de analisar e trabalhar as diferenças entre universidade e empresa, para que o processo de parceria, possa gerar frutos como a inovação e a aprendizagem. Destacam-se questões referentes à cultura, principalmente em relação à consideração do horizonte de tempo e planejamento, da linguagem e do ambiente de trabalho diante dos objetivos das instituições, originalmente distintos, mas com foco semelhante.

Na compreensão de Vitorette (2001), os Cursos Superiores de Tecnologia devem se relacionar com o mercado, com objetivo de captar e aprender novas tecnologias, porém nunca submeter-se aos interesses do mercado, que, na maioria das vezes, visa exclusivamente o lucro.

É preciso tomar cuidado com o grau de submissão da instituição de ensino com as necessidades e os interesses do mercado produtivo. Para muitos, as instituições voltadas à Educação Profissional no Brasil, são excessivamente submissas a este setor, deixando muitas vezes que o mercado dite os caminhos destas instituições. Essa mercantilização do ensino produz seqüelas em longo prazo para os setores, tornando-os carente de profissionais adequados, como aponta Kuenzer (2000).

> O novo princípio educativo exige que o trabalhador / cidadão de novo tipo domine os conteúdos básicos da ciência contemporânea que fundamentam os novos processos sociais e produtivos; exige que tenha novas atitudes e comportamentos perante a sociedade e trabalho, uma nova ética de responsabilidade, de crítica e de criação, voltada para a preservação da vida, do ambiente, e para a construção da solidariedade, com condições necessárias para a criação de uma sociedade mais humana e mais igualitária, que supere a exclusão. O novo princípio educativo exige a universalização da educação, pelo menos básica, da maioria da população, sem o que as exigências explicitadas no item anterior não poderão ocorrer. Esta não é uma determinação do mundo da produção, o qual, por seu caráter excludente, é cada vez mais seletivo com relação ao emprego; é também, e principalmente, uma determinação da necessidade de formação de uma nova humanidade, capaz de enfrentar com melhores condições de compreensão e crítica da crescente exclusão e pobreza que caracteriza esta etapa de desenvolvimento; o novo princípio educativo exige a ampliação da oferta pública nos demais níveis de ensino, na perspectiva do atendimento ao direito universal da educação (KUENZER, 2000, p. 15).

Kuenzer (2005) afirma que, quanto mais forte for o avanço das forças produtivas, mais a ciência deve ser simplificada na prática e na criação de tecnologia. Ao mesmo tempo em que a tecnologia se expande, ela se torna científica e gera uma nova cultura com novos comportamentos, ideologias e normas. A tecnologia, por mais que seja uma ciência voltada para os resultados práticos, tem sempre um caráter científico.

# REFERÊNCIAS TEÓRICAS

## 2.1 O Desenvolvimento de Competências e o Currículo proposto pelas IES

Esse capítulo trata do desenvolvimento de competências necessárias ao aluno dos cursos de tecnologia e das dificuldades para associar essas competências com as exigências de mercado.

Segundo Dias (2002), os documentos oficiais da proposta curricular brasileira recontextualizam diversos discursos e constroem um modelo baseado na formação dos professores.

As mudanças no quadro educacional, dos Cursos Superiores de Tecnologia, devem estar vinculadas à questões econômicas que se apresentam no mundo atual associadas à nova forma de produção capitalista.

O uso do conceito de competências no discurso global busca uma associação entre o currículo e a economia, visando a preparação do sujeito para viver em um mundo mais competitivo. O processo de formação tem caráter permanente, pois deve buscar o aprender a aprender.

Cunha (2002) afirma que o ensino universitário vem sendo pressionado para apresentar soluções de problemas que são apresentados em velocidade cada vez maior, aumentando as relações entre teoria e prática, ensino e pesquisa e a forma de controle do conhecimento.

### 2.1.1 Conceito de Conhecimento

Popularmente entende-se o termo conhecimento como as informações que as pessoas possuem em áreas específicas; como por exemplo, em análise de sistemas.

Nonaka e Takeuchi (1997, p. 63) diferenciam o conceito de conhecimento do conceito de informação. Para eles, o conhecimento diz respeito às crenças e aos compromissos, enquanto a informação está relacionada à ação, atitude, perspectiva ou intenção específica.

Divergindo desses autores, Davenport (1998) qualifica o conhecimento de forma ampla e afirma que o mesmo está ligado intimamente à informação.

> Conhecimento é uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações, ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, processos, práticas e normas organizacionais. Observa-se portanto, que os conceitos de dado e informação estão intrinsecamente associados entre si e ao conceito de conhecimento. (DAVENPORT, 1998, p. 6)

A comunicação do homem com o mundo, realiza-se por meio do conhecimento e por meio de instrumentos operativos, envolvendo o domínio cognitivo e afetivo, e mais especificamente através das relações da subjetividade e intersubjetividade, ampliando-se a gama do olhar em perspectiva, nestas interfaces dos sujeitos em relação de si consigo e com o ato do conhecer.

Investigar a questão dos saberes e das práticas pedagógicas, sob uma perspectiva antropológica, é assegurar, uma relação do sujeito com o mundo, com o outro, e também em suas organizações internas, ao mesmo tempo em que se realizam uma gama de “confrontos interpessoais” (CHARLOT, 2000).

De onde se infere que, enquanto o conhecimento se traduz por um conjunto de elementos que se resumem em experiências pessoais e intransferíveis, a questão do Saber se instaura na medida em que é relação inter e intra-cultural, tomada esta última como sinônimo de “formação”

Faz-se necessário, em primeiro momento, uma discussão perpassando investigações sobre o conhecimento da prática, se assumir um elo mediador quanto á possibilidade na construção de princípios norteadores das mesmas, pois cada vez mais se torna premente, a necessidade de se adquirir uma postura investigativa quanto ao desempenho, função e papel dos agentes envolvidos em currículo na condução do universo do Saber.

Considerando-se a bipolaridade Ensino e Aprendizagem, como formas dinâmicas e harmoniosa, onde interagem os diversos aspectos, tais como: objetivos, informações, valores, normas, diversidade temporal e espacial, é preciso, pontuar o significado destas interações, para a formação destes atores sociais, como gestores de ações transformadoras.

Sem dúvida nenhuma, estas novas exigências da sociedade informacional, solicita do tecnólogo uma postura empreendedora, enquanto, potencial de recursos criativos, quanto aos embates e enfrentamentos do novo, impondo-se como diretriz

e tônica de uma dinâmica formativa e que se tornam no momento emergentes, nestas investidas reflexivas.

Sabe-se contudo que o papel da teoria, consiste em oferecer perspectivas de análise, para que possam compreender os contextos históricos, sociais, culturais e a si mesmos, como profissionais, nos quais se realizam as atividades para que possa nela intervir, e assim cumprir sua meta como mediador do universo do Saber.

O significado da reflexividade, como Libâneo (2002) trata ganha relevância, no cenário pedagógico, como campo científico da educação, chamando a atenção para os riscos de tal abordagem, na medida em que acontecem os vieses interpretativos, conduzindo á reducionismos, quer do ponto de vista sociológico, ou psicológico e até mesmo histórico.

Ainda segundo o autor, o mesmo está acontecendo, quanto ao reducionismo em se levar em conta, a teoria do professor reflexivo, no que diz respeito ás abordagens do pragmatismo ou do reconstrucionismo social, como possibilidades exclusivas de explicação deste processo de reflexividade.

Os motivos que surgem para este teórico, das oscilações ou variações temáticas, decorrentes tais como, do abandono das linhas de pesquisas em substituição as consideradas mais avançadas, ou por questões de modismos, abandonando-se, em contrapartida, os modelos clássicos do conhecimento.

Advindo do termo latino "*refletere*", com o significado de recurvar, dobrar, voltar para trás, a reflexividade, se circunstanciaria nesta capacidade racional do ser humano, voltar-se para si mesmo, e que de acordo com Libâneo, haveriam três significados a serem atribuídos aos mesmos a saber:

a) Reflexividade como consciência dos meus próprios atos, isto é, da reflexão como conhecimento do conhecimento, ou seja, a capacidade de refletir, quanto ao exercício do conteúdo da minha própria mente.

b) Reflexão em relação direta com situações práticas, ou seja, é a construção de sistemas de significados a partir dos dados da experiência, desta forma, a experiência fornece dados para se pensar, nas projeções futuras.

c) A terceira via, e aqui se depara com a "epistemologia da prática" (Monteiro, apud, Pimenta, 2002), a ser discutível frente á postura de Ghedin, ao referendar-se á Epistemologia de uma práxis, quando Libâneo, argumenta no sentido de que, a reflexão dialética, supõe o olhar o mundo dos fatos, acontecimentos, processos e estruturas, como uma realidade em movimento, cabendo ao pensamento, á teoria e

á reflexão, captar o movimento dessa realidade, isto é, seus pontos de conexões e oferecer uma explicação do real.

Baseando-se no princípio de que a realidade das situações pedagógicas, é a própria construção destas interfaces teoria-prática, é possível re-pensar a ação pedagógica á luz de tais considerações, na medida em que por meio deste cotidiano pedagógico, o aporte teórico e prático, seriam os próprios modelos analíticos de redirecionamento deste processo, enquanto formação do futuro profissional.

Para Monteiro, a palavra epistemologia significando conhecimento, deriva do vocábulo grego epistemê, “epi”, significando “sobre” e” sistêmi” que originou a denominação sistema em língua portuguesa, é dimensionada pelo autor, como algo firme, ou seja, a epistemologia irá se referir mais a uma habilidade, uma técnica, no sentido heidggeriano de “produzir”, ou seja, oferecer segurança, ou melhor, um olhar seguro, sob qualquer ponto de vista considerado.

Desta forma será possível visualizar que além da aquisição de conteúdos, o desenvolvimento de capacidade de experienciar através do novo, configurações. e resposta inovadoras, quanto a formação do futuro tecnólogo, é uma condição necessária qualquer proposta curricular.

### 2.1.2 Conceito de Qualificação

A qualificação é usualmente entendida como sendo os requisitos necessários ao desempenho de um cargo. Ou ainda, os saberes ou estoque de conhecimentos da pessoa, que podem ser classificados e certificados pelo sistema educacional.

Fisher (1998) associa a noção de qualificação ao desenvolvimento socioeconômico dos anos de 1950 e 1960, quando entre outros aspectos, relacionava-se à necessidade de racionalizar os investimentos do Estado na educação escolar.

Para Fisher (1998), a noção de qualificação formal está ligada aos anos de escolaridade e à posse de um diploma. Na época, o mercado requeria força de trabalho diplomada. O índice de desenvolvimento socioeconômico do país, era medido pela escolarização, o que aumentou os anos de permanência nas escolas e associou o conceito de competência ao conceito de qualificação para o trabalho.

Segundo Naville (apud Kober, 2004, p. 27) a qualificação profissional é uma relação social complexa entre as operações técnicas e a estimativa de seu valor

social. A formação institucionalizada é reconhecida e negociada pelas convenções coletivas.

Mayo (2003) postula que a qualificação profissional deve ser necessária para que o indivíduo consiga ter licença para a sua prática profissional. As qualificações garantem um padrão e aumentam a confiança do empregador e do cliente.

Xavier (1998) ressalta que a qualificação deve exigir um conhecimento condizente com as demandas do cargo. Todo cargo tem uma demanda de conhecimento e essa demanda está relacionada com a tarefa a ser desempenhada com aspectos do relacionamento desta tarefa com outras atividades. O conhecimento evolui constantemente e o indivíduo precisa manter-se atualizado.

Para Xavier e Mayo (1998, 2003), a qualificação obtida pelo diploma e pelo estudo, confere a confiança do saber adquirido. Porém este mesmo diploma perde seu valor se não forem considerados as variantes do tempo e de mutação.

### 2.1.3 Conceito de Competência e Habilidade

Há algum tempo o conceito de competência tem sido utilizado nas organizações. Segundo Ferreira (1999), esse conceito data da época de Taylor, quando se apregoava a necessidade das empresas possuírem trabalhadores eficientes. O princípio Taylorista da seleção e do treinamento de pessoas enfatizava o aperfeiçoamento das habilidades técnicas e específicas ao desempenho das tarefas operacionais do cargo. Somente após a eclosão de pressões sociais vindas dos sindicatos, reivindicando melhores condições no ambiente de trabalho, as organizações passaram a considerar nas relações de trabalho outros aspectos de maior complexidade como as dimensões sociais e comportamentais. A conceituação de competência passou então, a ser mais ampla, englobando conhecimentos, habilidades e experiências voltadas para o exercício de uma função na organização.

> Uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Para enfrentar uma situação da melhor maneira possível, deve-se via de regra, por em ação e em sinergia vários recursos cognitivos complementares, entre os quais estão os conhecimentos. (PERRENOUD, 1999, p. 07)

Para Fleury (2001), competência é uma palavra de senso comum, utilizada para designar a pessoa qualificada para desempenhar algo. A ausência de competência implica a negação de capacidade de fazer algo e tem caráter pejorativo que chega a depreciar a pessoa.

Atualmente, define-se competências como a capacidade de atingir resultados considerados adequados. Essa capacidade decorre da somatória do esforço dirigido e racional com o uso dos conhecimentos, das capacidades e dos comportamentos que os indivíduos adaptam voluntariamente no desempenho de atividades e tarefas.

Na Resolução nº 3 de 18 de Dezembro de 2002, o Art. 1º das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e funcionamento dos Cursos Superiores de Tecnologia a competência é um requisito para o desempenho profissional.

> A educação profissional de nível tecnológico, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias. (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais, Art. 1º, Resolução nº 3, p. 41).

Na tentativa de se considerar a bipolaridade ensino e aprendizagem, como formas dinâmicas e harmônicas, onde interagem os diversos aspectos, tais como finalidades, objetivos, valores, padrões, normas, diversidades temporais e espaciais, etc…, é preciso, pontuarmos o significado destas interações, para a formação destes atores sociais, como gestores de ações transformadoras

Podendo-se assim inferir que a Educação deverá assim ser compreendida, como prática simultaneamente técnica e política, interagindo-se o sujeito neste universo existencial, ou seja, “atravessada por uma intencionalidade teórica, fecundada pela significação simbólica, mediando a integração dos sujeitos neste tríplice universo de significação” (SEVERINO; FAZENDA (org.), 2002).

Assim é possível reafirmarmos que a Educação é constituída pelo processo de humanização, em que se conjugam os construtos de uma vida individual, social, laboral e de formas culturais e vivências subjetivas.

Segundo Severino (FERREIRA; AGUIAR, 2001), a preocupação com o perfil do profissional, de acordo com o inciso II, do artigo43 da LDB, e com vistas à grande heterogeneidade das demandas sociais, neste desejo de mudança, cobram-se mais

atenção e sensibilidade, às demandas do mercado e da produção, estando implícito, uma crítica à tendência um tanto quanto academicista que tem marcado a definição de currículo e a configuração da formação profissional no país.

Segundo Spencer (1993), as habilidades mentais ou cognitivas podem decorrer ou do pensamento analítico que processa conhecimentos e dados e determina a causa e o efeito ou do pensamento conceitual que identifica modelos em dados complexos.

No delineamento deste perfil ”deve-se identificar quais competências e habilidades são mais pertinentes para o atendimento das demandas sociais” (Severino, in; idem), e é possível constatar que no meio disciplinar de currículo, não se conseguiu ainda esgotar tais condições.

Na própria LDB 9394/96 é destaque em suas diretrizes curriculares e parâmetros o foco em seu direcionamento em relação geral de atuação, com a concepção pedagógica voltada para um ensino centrado no desenvolvimento das competências e habilidades, visando-se a formação do cidadão.

Para Perrenoud (2000), na tarefa do processo de ensino e aprendizagem, deverão ser visadas pedagogias diferenciadas, autonomia e haverá a trabalhar na dimensão de projetos, ênfase dinâmicas na perspectiva das práticas reflexivas.

Desta forma oferece Perrenoud (2000), alguns itens de famílias de competências necessárias para se garantir uma formação profissional significativa, a saber:

- organizar e dirigir situações de aprendizagem ;
- administrar a progressão das aprendizagens ;
- conceber e fazer com que os dispositivos de diferenciação evoluam ;
- envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho ;
- trabalhar em equipe, bem como a utilização de novas tecnologias e a questão da formação contínua.

Assim, compreende-se competência como a capacidade de operações mentais para uso efetivo das habilidades, enquanto estas se viabilizariam como capacidade técnica de realização de determinadas tarefas a serem desencadeadas nas mediações entre teoria e prática, onde a compreensão do fenômeno;o relacionamento das informações; a análise das situações problemas e a capacidade

de sintetizar, julgar e concluir, seriam mecanismos necessários á formação da competência dos futuros profissionais (Fleury, 2001).

### 2.1.4 Conceito de Currículo

O conceito de currículo implica a noção de programa. Souza (1999) comenta que no Brasil não é comum a utilização da nomenclatura programas do original em inglês *"program*" identificado como curso.

A autora considera currículo, os conteúdos e as formas através das quais um curso é apresentado aos professores e aos alunos. Essa visão é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma trama cultural, política, social e escolar, cheia de valores e pressupostos.

Currículo como origem da palavra currículo – *currere* (do latim) percurso, vindo portanto, significar lugar, espaço, território. Reflete todas as experiências e aquisições em termos de conhecimento e de práticas vividas. Como políticas e práticas será possível indagar o que na realidade, a centralidade do currículo pretende? se com o facto de ser um campo em constante problematização do conhecimento sobre as realidades alicerçadas nas dinâmicas culturais, educacionais, políticas e económicas. Como ponto de partida de qualquer projeto de formação, o currículo é a expressão de conflitos e consensos que são construídos a partir da (re)definição das suas políticas e práticas. Segundo Silva(2003), currículo seria o espaço onde se coorporificam formas de conhecimento e de saber. O currículo é um dos locais onde se entrecruzam saber, poder, representação e discurso.

Fischer (2001) ressalta a necessidade de incorporação do ensino crítico e da aproximação entre ensino e pesquisa. O outro ponto bastante importante para a superação da crise de relevância na área é a reflexão sobre a estrutura curricular. A estrutura curricular deve ser entendida como um conjunto de matérias, modos e meios de ensino e aprendizagem, decorrentes do contexto cultural e da natureza das áreas de conhecimento envolvidas, que assumem a configuração de disciplinas ou interdisciplinas a serem desenvolvidas cooperativamente por professores e alunos, visando o desenvolvimento de competências socialmente desejáveis.

E quando se discute currículo, existem indagações pertinentes que nos levam a questionar: o que é o conhecimento? Como gerá-lo? Em que condições? quais relações a serem estabelecidas entre a sociedade o currículo? Haveriam determinantes influenciadores destes dois pólos?.

O foco de preocupação com o currículo como objeto de estudo data da década de 20, e mais especificamente centrada nos Estados Unidos da América em período de grande efervescência na era industrial, e imbuídos de uma tônica de massificação dos processos de escolarização, a dinâmica a ser apresentada volta-se mais para uma dimensão administrativa do que propriamente ensejando um foco para o conhecimento enquanto natureza e estrutura.

Segundo Silva (2003), dentre as teorias apontadas encontram-se as tradicionais, que buscam uma neutralidade e objetividade, ao passo que outras apontam focos direcionados ao saber, poder e os nexos com o processo de identidade e assim encontramos:

A abordagem estava voltada para formação do trabalhador cujo foco em função de contexto político, econômico e social era voltar-se para a educação em massa, pois o modelo a ser seguido era de empresa industrial.

De acordo com Silva (2003), o modelo proposto por Bobbit baseava-se na teoria de administração de Taylor, e desta forma caberia ao especialista de currículo, em realizar levantamentos de habilidades e elaborara instrumentos de medida para aferir tais desempenhos, demonstrando-se assim uma visão burocrática e mecânica das mesmas. E isso veio influenciar outros países, Tyler com base em Bobbit, propõem quatro princípios para currículo, a saber:

- quais objetivos educacionais deve a escola procurar atingir;
- que experiências educacionais podem ser oferecidas que tenham probabilidade de alcançar esses propósitos;
- como organizar eficientemente essas experiências educacionais
- e como podemos ter certeza de que esses objetivos estão sendo alcançados.

Frente a movimentos sociais e culturais da década de 60, emergiram as primeiras tendências teóricas que irão questionar as concepções e estruturas tradicionais sobre visão de currículo, buscando-se uma análise mais detalhada sobre as relações entre ideologia e educação.

Segundo Silva (2003), Althusser, realizou questionamentos sobre os quais visou apontar que a sociedade capitalista depende da reprodução de suas práticas

visando-se a manutenção ideologia do poder, destacando que a escola seria um instrumento de manutenção deste “status quo”. Reforça-se assim como o próprio Althusser esta ideologia por meio dos conteúdos veiculados que reproduzem os interesses desta classe dominante, levando a práticas sociais discriminatórias.

Segundo Silva (2003), Bowles e Gintis apontam para questões voltadas não apenas no conteúdo explícito, mas em seu funcionamento sobre as relações sociais em seus locais de trabalho.

Destacando-se os sociólogos Boudieu e Jean-Claude, que segundo Silva (2003), propuseram uma crítica sobre a educação afastando-se de uma visão ortodoxa marxista e propondo em seus estudos que a reprodução social ocorre por conta da cultura, ou seja, ocorre na reprodução cultural, sendo predominante seus valores, suas crenças, costumes e hábitos, entretanto, uma inquietação é relevante, na medida em que se discute como este valores são trabalhados.

Segundo Moreira e Silva (2001) na visão da teoria crítica não existe uma cultura da sociedade, unitária, homogênea e universalmente aceita e praticada ao contrário, a cultura é abordada como o campo em que se enfrentam diferentes concepções sociais e os sujeitos envolvidos neste processo, precisam participar destes embates, criando redes de significados a este cotidiano. E a partir de tais premissas acima expostas, é possível inferir que a cultura a ser construída neste contexto, emerge desta abrangência menor que a extensão de significados subjetivos e sociais advindos da conjuntura sócio-político econômica e política, nas quais os sujeitos envolvidos utilizam de estratégias investigativas e interpretativas a estas facetas da cotidianidade.

As Instituições de Ensino Superior, ao proporem Cursos de Tecnologia devem atentar para que conhecimento, habilidade, qualificação, competência e currículo, propiciem ao aluno condições sólidas para atuar no mercado de trabalho. Além dos conteúdos lógicos e racionais as Instituições de Ensino Superior devem formar cidadãos preparados para enfrentar as mudanças e a competitividade do mercado.

## 2.2 A Docência no Ensino Superior

A docência e o tipo de gestão adotado são fatores que contribuem para somar as necessidades dos educandos. Ambos devem ser desempenhados sem

mercantilizar o estudo sem perder o foco inicial que é preparar o aluno para o mercado de trabalho. A responsabilidade social deve ser incorporado, como estratégia de gestão, como condição indispensável, essencial a formação de competências.

Desta forma, o tipo de gestão e as diretrizes adotadas pelas Instituições de Ensino Superior são fatores decisórios na produção de conhecimento e na competitividade dos egressos dos cursos em geral.

Segundo Castro (2000), o educador moderno dá vida ao conhecimento, e lida com a imprevisibilidade do ato educativo, canalizando-o para manifestações que fujam de formas estigmatizadas. E neste aspecto Gandin (1985) ressalta que:

> Elaborar – decidir que tipo de sociedade e de homem se quer e que tipo de ação educacional é necessária para isso; verificar a que distância se está deste tipo de ação e até que ponto se está contribuindo para o resultado final que se pretende; propor uma série orgânica de ações para diminuir esta distancia e para contribuir mais para o resultado final estabelecido; executar – agir em conformidade com o que foi proposto e avaliar – revisar sempre cada um desses momentos e cada uma das ações, bem como cada um dos documentos deles derivados (GANDIN, 1985, p. 22).

O planejamento e a avaliação sistematizados são ferramentas para obter com eficiência as ligações entre metas e resultados.

Maculan (2006) destaca que um dos principais desafios da educação superior é a necessidade de ampliar o acesso a ela e, ao mesmo tempo, controlar seu processo de "mercantilização".

A noção de universidade mercantil se formou no Brasil em função do quadro de demanda reprimida. As instituições particulares de ensino superior surgiram como mecanismo de democratização do acesso ao ensino superior, ampliando significativamente a oferta de produtos educacionais. Esta característica se tornou mais marcante nos dias atuais com o crescimento do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e as metas do Governo Federal.

O planejamento dos Cursos de Tecnologia deve estar aliado à realidade e ao pensamento global sem sugerir a padronização da pedagogia e do trabalho docente. O planejamento está em constante construção, pois não tem um fim em si mesmo. Sua construção se dá com a colaboração de toda a sociedade e não apenas de uma parte elitista desta mesma sociedade.

Na perspectiva de Lima Filho (2002), o Brasil investia muito em educação, porém ao longo dos anos houve um declínio desse investimento. O autor comenta a falta de estímulo para a continuação dos estudos para as famílias de baixa renda que se limitam, quando muito, ao ensino médio, forçando as políticas públicas a repensar em seus investimentos.

Esta preocupação ocorre em diversos programas governamentais lançados recentemente. Há uma demanda por competência para o crescimento do país e também uma cobrança por parte das instituições financeiras que medem o potencial do país através da erradicação da fome e de maiores concentrações de esforços no setor da educação.

Porém há outra preocupação com relação a docência, que concerne à necessidade de um esforço maior por parte do docente para que se mantenha atualizado. Onde estarão as vagas para todos os docentes que atravessarão os portões das universidades para a vida docente? Outra preocupação é que o trabalho docente não seja apenas uma opção de segunda renda, pois o declínio das remunerações impostas pelo mercado ao longo dos anos, fizeram que profissionais buscassem novos horizontes. Outra questão é a oportunidade que a docência representa para aqueles que estão na era do desemprego.

Outro aspecto de docência a ser considerado é a didática daqueles que tiveram uma formação na área financeira e se alocam em sala de aula como professores. É preciso conciliar a tecnicidade do conhecimento com a pedagogia e a didática, por meio de treinamento aos docentes.

Não se pode esquecer que as Instituições de Ensino Superior são empresas e não fogem às regras: os funcionários para manter-se nelas precisam ter competitividade e, buscar renovação de conhecimento.

### 2.2.1 Os modelos de gestão das Instituições de Ensino Superior e suas mudanças com relação ao mercado e ao tempo / Estratégia.

A expressão “Gestão” passou a fazer parte no contexto educacional agregada a uma mudança de paradigma dos encaminhamentos das questões significativas dos rumos dessa área. A expressão “gestão educacional” foi comumente utilizada para designar a ação dos dirigentes e surgiu em substituição da expressão

"administração educacional". O termo gestão extrapola a noção de novas idéias, implica a adoção de novo parâmetro, que busca estabelecer na instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização dos contextos interno e externo.

Para enfrentar os problemas advindos desse contexto dinâmico e competitivo os gestores das IES estão usando de forma crescente o planejamento estratégico como parte dos esforços solicitados pelo governo face ao Plano de Desenvolvimento Institucional. Neste contexto, a Instituição deve planejar suas estratégias e alocar seus recursos visando sua implementação.

A observação das mudanças ocorridas nos últimos anos e a informação aliada à tecnologia são pontos fortes para as mudanças contextuais e significativas ocorridas na vida do homem.

As IES, por trabalharem com a informação e serem agentes transformadores do conhecimento, tiveram que ser adaptadas rapidamente à estas mudanças. Entretanto, embora a missão institucional não tenha se alterado, a forma de exercer esse papel sofreu mudanças dramáticas.

O próprio mercado de trabalho, o principal cliente destas instituições passou a demandar profissionais empreendedores, autônomos, com iniciativa e espírito crítico, tendendo a substituir o ensino tradicional por outro mais atual e flexível.

Algumas instituições optaram por imputar em sua cadeia de gestão ferramentas que lhe permitam medir o rendimento de docentes e alunos e administrar estes dados como verdadeiros sinalizadores de caminhos a serem seguidos.

Segundo Meyer e Lopes (2004), as instituições de ensino superior, a exemplo das empresas, necessitam desenvolver um processo de planejamento o que implica na formulação e na implementação de estratégias combinando aspectos técnicos e políticos. O planejamento é um processo demorado, de alto custo, e os resultados são, na maioria das vezes, questionáveis.

Contudo, desenvolver a capacidade de respostas às mudanças solicitadas pelo mercado é mais que uma questão denominativa sobre a gestão e voltadas muito mais à sobrevivência em longo prazo de estratégias desenvolvidas no contexto atual.

A estratégia está ligada a uma série de fatores utilizados para que sejam alcançados objetivos de cunho pessoal, empresarial e social.

Conforme Clavel (2004), o termo estratégia vem do grego *strategos*, que significa a arte do general. A palavra grega servia para designar a função administrativa dos generais de guerra. Estratégia é a arte de explorar condições favoráveis com o fim de alcançar objetivos.

Segundo Samuel e Peter (2004), o conceito de administração estratégica tem evoluído através do tempo e continuará a evoluir, gerando uma falta de consenso sobre o assunto. De modo geral, a administração estratégica é definida como um processo contínuo que visa manter a organização como conjunto integrado ao seu ambiente.

Assim, a gestão se dedica a uma série de etapas e sugere que o processo seja contínuo sem se fechar na organização. A gestão dimensiona rápida e acuradamente a situação, identifica os problemas principais e/ou questões, avalia uma estratégia em relação ao ambiente, estabelecendo os valores da alta administração em relação com as expectativas sociais e com a posição financeira da organização. Para tanto a gestão deve analisar os fatos para identificar os riscos e as oportunidades do ambiente, os pontos fortes e fracos da organização para adotar condutas administrativas, recomendar cursos de ações específicos por meio de planos detalhados, levando em conta as mudanças organizacionais, os requisitos, as implicações financeiras, os prazos e as relações pessoais. Também é função da gestão analisar e recomendar ações de treinamento para as equipes da organização, dar oportunidades intelectuais e materiais para os integrantes aprimorarem os conhecimentos, as práticas e as habilidades.

**Quadro 1 –** Etapas de Elaboração da Administração Estratégica

| Etapas | Conceito | Definição |
|---|---|---|
| **1** | Análise do Ambiente | Visa monitorar o ambiente organizacional para identificar os riscos e oportunidades futuras. |
| **2** | Diretriz Organizacional | Define as metas da organização e são levados em conta dois fatores importantes, a missão e o objetivo. |
| **3** | Formulação da Estratégia | Traçar cursos alternativos de ação para assegurar o sucesso. |
| **4** | Implementação da Estratégia | Colocar a estratégia em andamento. |
| **5** | Controle da Estratégia | Funções de avaliação para melhorar e assegurar o bom desempenho das atividades no processo. |

**Fonte**: Administração Estratégica – Ed. Makron Books – 2004 – pág 79

Mintzberg (in Meyer e Lopes, 2004) ressalta a diferença entre estratégias planejadas, que podem ou não ser realizadas, e estratégias emergentes, que resultam da dinâmica das organizações e que são representadas por padrões de comportamento ainda não externados.

Mintzberg (2001) enfatiza que as estratégias emergentes e evolutivas passam por um processo analítico de formalização e codificação, dando origem ao planejamento estratégico ou programação estratégica, sendo o planejamento estratégico o primeiro passo para a implementação de estratégias.

Um obstáculo para a implantação da Administração Estratégica nas Instituições de Ensinos é a postura adotada por parte destas instituições. O planejamento efetuado anualmente perde parte de sua eficiência antes do inicio de um novo ano letivo.

Segundo Macedo (2008), algumas Instituições de Ensino Superior têm procurado investir em cursos a distância como forma de reduzir custo e evasões. Um dos entraves consiste nos altos custos dos programas, o que leva a grande parte destas instituições a desenvolver seus próprios sistemas de gestão de informação.

A autora afirma, ainda, que não foram registrados grandes investimentos em tecnologia por parte dessas instituições, apontando falhas no planejamento estratégico das mesmas. Com relação à infra-estrutura no Brasil das Instituições de Ensino Superior, os portais oferecem menos serviços aos usuários que os das

Instituições de Ensino Superior norte americanas, que contam com o apoio aos usuários e com as avaliações *on-line.* Meyer (2004) sugere como forma de criar melhores formas estratégicas alguns tópicos relevantes para as Instituições de Ensino Superior:

a) **Liderança** - Um dos pontos críticos do processo de planejamento e de sua implantação é a centralização da administração do líder superior de instituição. A experiência tem mostrado que o processo de planejamento tende a ser apoiado pela comunidade quando o Reitor ou Diretor da instituição assume os nortes do processo da gestão. A liderança advém da sua posição de liderança na organização e pelo poder que emana da sua posição. Para que o processo de planejamento se desenvolva na instituição e produza os resultados esperados é preciso haver liderança em todo o processo, se não a ausência do dirigente máximo enfraquece a imagem e a credibilidade política do próprio planejamento e da sua potencialidade para resolver os desafios atuais e futuros da instituição.

b) **Objetivos Institucionais** - Para que o planejamento possa ser implementado é muito importante que a administração da instituição defina com clareza o conjunto dos principais objetivos da instituição para o período planejado. Os planos estratégicos são formados por um conjunto de objetivos institucionais. Esses objetivos devem ser selecionados e ter uma definição clara, para serem facilmente divulgados na instituição. É fundamental que todos na comunidade entendam os objetivos e sua contribuição para a construção do futuro da instituição. É comum encontrar nos planos estratégicos objetivos vagos como por exemplo: “Melhorar a qualidade do ensino” ou “Aumentar a produtividade acadêmica” ou ainda” Diversificar as fontes de receita”. O que isto realmente significa para os gestores, professores, alunos e funcionários da instituição? A definição de objetivos claros e mensuráveis é imprescindível para que o plano estratégico seja disseminado, operacionalizado e se torne uma realidade na instituição.

c) **Indicadores de Desempenho** - Para que os planos possam ser acompanhados é essencial que seus objetivos sejam seguidos pelas diversas

áreas e setores da instituição. Para que isto ocorra, é imprescindível que sejam previamente definidos os principais indicadores de resultado para cada um dos objetivos principais selecionados pela instituição. Tanto quanto possível, estes indicadores deverão ter uma dimensão quantificável, facilitando a implementação dos objetivos e permitindo seu acompanhamento e avaliação. Raros são os planos estratégicos produzidos nas IES que possuem estas características. Em geral, os objetivos das organizações educacionais são de natureza vaga e ambígua. É de um desafio aos responsáveis pelo planejamento e gestão estratégica formular indicadores de resultado que possam ser assimilados e utilizados pela comunidade acadêmica.

d) **Integrar planejamento e orçamento** - É comum, na prática gerencial das instituições de ensino superior, o planejamento e o orçamento se constituírem em peças desintegradas. Enquanto o planejamento estabelece objetivos e prioridades em determinada direção, o orçamento define suas próprias metas e outras prioridades distintas daquelas estabelecidas no planejamento. O resultado da falta de integração é uma situação de conflitos em que objetivos e estratégias sem o respaldo dos recursos orçamentários ficam no papel, desmoralizando o processo de planejamento e aumentando as frustrações não só dos gestores como de professores, alunos, funcionários e integrantes da comunidade. A integração aqui enfatizada permite que os principais objetivos institucionais tenham recursos alocados no orçamento para sua implantação. É recomendável que se criem incentivos no orçamento para as unidades que cumprirem os objetivos previstos no plano estratégico. Objetivos claros e mensuráveis facilitam a integração de esforços, a comunicação aproximando as ações desenvolvidas por professores, funcionários e gestores, assim como o exame da eficácia do planejamento medida pelo alcance de seus resultados.

e) **A avaliação como instrumento de melhoria contínua** - A avaliação deixou de ser atividade opcional nos processos educacionais contemporâneos para se tornar componente intrínseco e rotineiro de toda a vida acadêmica. A avaliação tornou-se ferramenta de gestão e de desenvolvimento institucional,

pois está relacionada com a evolução da identidade institucional e com o aprimoramento da qualidade expressa no planejamento estratégico.

A evolução do planejamento deve prever a análise das estratégias adotadas, sejam elas emergentes ou planejadas.

A auto-avaliação institucional usa como parâmetros o respeito à identidade institucional, expressa na missão, nos valores éticos e nos objetivos projetados no planejamento. A efetividade da ação gestora, concretizada nas estratégias, para alcançar seus objetivos precisa da participação de todos os segmentos envolvidos, da comparabilidade de suas dimensões objetivas e subjetivas, da continuidade das ações programadas, e, da visualização crítica do processo. Respeitando-se esses requisitos, a avaliação torna-se um instrumento de melhoria contínua das instituições de ensino superior.

O ambiente dinâmico que as organizações enfrentam requer uma adaptação, exigindo um processo organizacional de aprendizado para gerenciar a adaptação contínua da organização ao seu ambiente. Num ambiente altamente dinâmico, os processos de aprendizado devem ser conscientes e claramente gerenciados, para reduzir os riscos de lapsos fatais entre o ambiente e a organização.

Fleury (2001) afirma que a gestão do conhecimento trata do conhecimento como objeto a ser criado, comprado, possuído ou vendido. A maioria das organizações tem grandes bancos de conhecimento. E nem todos esses dados desses bancos de conhecimento estão armazenados em papel ou formato eletrônico. Alguns estão armazenados em objetos, produtos fracassados, produtos bem sucedidos, ou ainda podem estar armazenados em práticas informais, que são as coisas que as pessoas têm que aprender quando entram em novas empresas ou departamentos. Os bancos de conhecimento devem estar intimamente ligados à gestão estratégica das IES, e à visão holística do ensino empreendido dentro do contexto da mudança.

### 2.2.2 A Responsabilidade Social como estratégia empresarial

Conforme Robinson (1985), a administração estratégica propõe responsabilidades aos administradores e através delas consegue-se direcionar a empresa para o foco dos negócios proporcionando benefícios tais como o aumento de lucratividade, o desempenho profissional, a diminuição de custos, o

comprometimento dos colaboradores para o alcance das metas e o maior benefício que a empresa pode obter e não ser pega de surpresa por eventuais ações do mercado.

Segundo Samuel e Peter (2004) a responsabilidade social tem a ver com obrigação administrativa de tomar atitudes que promovam e protejam os interesses comuns da organização e da comunidade. Reconhecer que tais obrigações existem causa necessariamente um impacto sobre o processo de administração estratégica.

De acordo com Aldrighi e Oliveira (2000) se a responsabilidade social faz parte dos negócios e do processo de tomada de decisão, a mesma pode ser declarada em todos os documentos que expresse a missão, os valores, os princípios e os objetivos sociais da empresa. As empresas precisam definir o que apóiam, o que desejam das relações com as partes interessadas e o que esperam em troca. Devem criar valores éticos que sustentem o crescimento das relações mutuas.

Para desenvolver uma missão social é preciso partir da premissa de que a visão da empresa vai além da maximização dos lucros. Valores e princípios éticos estabelecem como as relações entre as partes deverão ser desenvolvidas. A formalização da responsabilidade social na missão não garante que a mesma faça parte da cultura da organização. A formalização de responsabilidade social não é suficiente para criar a moral desejada, mas fornece um forte indicador da filosofia da administração que será observada pelos colaboradores e outros grupos afetados pela atuação da empresa e terá sustentação mediante os processos organizacionais que transformarão o discurso em prática.

As empresas têm criado comitês de responsabilidade social nos conselhos para rever estratégias, dar orientação e tomar decisões, pois consideram as questões de responsabilidade social importantes no contexto corporativo criando diretrizes e normas de conduta no desenvolvimento de resoluções dessas questões. Para haver engajamento social, é fundamental o compromisso de toda a corporação inclusive da alta gestão, que tem o papel de líder no processo e cabe a ela construir uma ética corporativa.

Para Bueno (2002), as ações sociais desenvolvidas pelas empresas brasileiras são verificadas em quatro esferas diferentes: na sobrevivência, objetivando programas voltados à prevenção de fatores que colocam a vida em risco; na capacitação pessoal, colaborando psicológica e tecnicamente em pessoas, principalmente as portadoras de deficiência física; na qualidade de vida, melhorando

os sistemas de saúde, saneamento básico, educação, laser, cultura e esporte; e na convivência pessoal, gerando harmonia entre interesses dos grupos sociais diversos.

Para Porter (1980), a vantagem competitiva pode ser criada principalmente através de uma liderança de custos ou de uma diferenciação.

O primeiro tipo de vantagem consiste na busca de liderança de custo no setor. A empresa implanta uma estrutura de custos significativamente menor que a dos concorrentes e, ao mesmo tempo, mantém no mercado os produtos similares aos oferecidos pela concorrência. Com a estrutura de custo baixo é possível obter retornos acima da média, apesar da concorrência intensa. Outra maneira de conseguir vantagem competitiva é a diferenciação, isto é, a criação de algo que pareça único ao mercado. Os pontos fortes e as aptidões são usados na diferenciação dos produtos e serviços. Pode-se conseguir diferenciação pelo design, pelo estilo, pelo preço e pela imagem. A vantagem principal da estratégia de diferenciação em contrapartida à estratégia de liderança de custo, é a criação de um motivo pelo qual o consumidor compra o produto dessa empresa e não o de seu concorrente.

Para Kotler e Singh (1981) e James (1984) a estratégia para ser bem sucedida precisa combinar movimentos de ataque e defesa visando construir uma posição melhor e mais forte no mercado escolhido. As ações que conduzirem uma estratégia empresarial foram aprendidas com estudos de guerras dos princípios desenvolvidos por estrategistas militares.

Acrescentam os autores que a organização pode adotar cinco estratégias básicas para atingir os objetivos propostos por ela:

a) **Estratégia de construção** - adequadas aos mercados que estão em franco crescimento ao ponto de que esse crescimento não ocorre a custa dos concorrentes e não há retaliações do mercado. Durante esta fase, as empresas devem crescer em proporção igual a do mercado. Também são utilizadas em mercados onde há fraquezas dos concorrentes. Este tipo de estratégia é muito dispendiosa aos custos da empresa e é necessário uma ponderação sobre sua utilização ou não.

b) **Estratégia de sustentação** - visam à manutenção da posição atual que a empresa ocupa no mercado contra possíveis ataques dos concorrentes. É bastante adequada para garantir um produto gerador de caixa, aonde esse caixa é importante para investimentos em outras áreas.

c) **Estratégia de nichos ou estratégia de concentração em um setor limitado de mercado** - É usual em empresas de pequeno ou médio porte que operam em mercados amplamente dominados pelas grandes empresas. São muito utilizadas em situações dentro do mercado, em bolsões definidos e rentáveis. São recomendadas a empresa que tem um diferencial real para atender a demanda. Os pontos principais desta estratégia são escolher o segmento de mercado aonde irá se concentrar e atender exclusivamente a esse alvo.

d) **Estratégia de colheita** - é uma decisão da administração para reduzir os investimentos de um negócio, para cortar gastos ou melhorar o fluxo de caixa. A empresa espera que haja queda no volume de vendas e fica na esperança de que a perda deste faturamento seja compensada pela redução dos custos.

e) **Estratégia de desativação** - ocorre quando a empresa decide que uma política de colheita para aquele produto ou negócio não é possível. Para a tomada desta decisão, é preciso avaliar a importância desse negócio em relação ao portfólio geral da empresa.

Estes fatores promovem o reforço da imagem, a conquista de novos mercados, o aumento de vendas, a fidelização, a potencialização da marca. O retorno de vendas, o retorno de mercado, o retorno publicitário, o retorno produtivo e o retorno social se desenvolvem simultaneamente a partir da preferência dos consumidores pela organização.

**Tabela III –** Atuação das Empresas na Participação de Projetos

| Item | Percentual de investimento das empresas |
|---|---|
| Educação | 58% |
| Saúde | 46% |
| Meio Ambiente | 39% |
| Cultura | 39% |
| Qualificação Profissional | 37% |
| Assistência Social | 35% |
| Desenvolvimento Comunitário | 31% |
| Alfabetização | 23% |
| Estímulo ao Emprego | 19% |
| Lazer e Recreação | 16% |
| Alimentação | 15% |
| Esporte | 12% |
| Defesa dos Direitos | 11% |
| Programa especial para a Mulher | 8% |
| Segurança | 7% |
| Desenvolvimento Urbano | 6% |
| Desenvolvimento Rural | 2% |
| Outras | 6% |

**Fonte**: (Associação dos dirigentes de Vendas do Brasil, Instituto Ethos de Responsabilidade social, 2002).

De acordo com a Tabela 3, as empresas que promovem a educação no país são grandes responsáveis pelo empreendimento de projetos sociais.

As ações dos empresários no mundo globalizado têm sido caracterizadas pela mudança repentina de atitude, pois só o fato de a responsabilidade social estar sendo tão divulgada e explorada, que se encontra uma forma de tirar vantagens através de ações estratégicas de marketing voltada primeiramente ao lucro, basta se verificar que a maioria dos projetos em andamento são paliativos, e por assim serem, não tem caráter de mudar a sociedade e o meio ambiente.

## 3.METODOLOGIA

Em virtude dos objetivos estabelecidos, pode-se classificar esta pesquisa como exploratória. Para Gil (2006), as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Neste enfoque e considerando-se a importância destes cursos ao longo da história do país, fundamentados pela literatura realizada no capítulo dois que auxilia na compreensão histórica dos CST e sua trajetória pela educação profissional do país, decidiu-se ir a campo com o objetivo de atender as expectativas sobre os CSTs e seu comportamento face aos objetivos deste trabalho.

Conforme aborda Gil (2006), pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de criar uma visão geral, de tipo aproximativo, sobre determinado problema fato; quando o tema escolhido é pouco explorado, tornando-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Para o autor, o papel fundamental da hipótese na pesquisa é sugerir explicações para os fatos, podendo ou não se chegar à solução para o problema. A hipótese pode ser verdadeira ou falsa, mas, se bem elaborada, conduz à verificação empírica.

Sendo as abordagens desta pesquisa qualitativa e quantitativa, Oliveira (2000) discorre que o tratamento qualitativo dado a uma pesquisa apresenta-se de forma adequada para entender a relação de causa e efeito do fenômeno e conseqüentemente chegar à sua verdade e razão.

Para Oliveira (2000), as pesquisas que utilizam a abordagem qualitativa podem descrever mais facilmente a complexidade de certas variáveis, além de compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, contribuindo no processo de mudanças ou formação de opinião.

Para a seleção dos alunos do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, utilizou-se um questionário de pesquisa de satisfação que objetivou proporcionar um levantamento de informações quantitativas e qualitativas acerca dos serviços prestados pelo curso e possíveis sugestões de melhorias.

Entre os alunos pesquisados optou-se para a realização da entrevista com alunos do último ano.

O protocolo de pesquisa foi elaborado tomando por base o marco teórico; o caminho percorrido pelo pesquisador numa instituição de educação profissional e os objetivos da pesquisa (vide Apêndice A – modelo do questionário).

### 3.1 Amostragem

A população pesquisada foi delimitada aos discentes que estavam cursando o Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior na mesma instituição de ensino superior.

A amostra foi definida de forma intencional, selecionando-se alunos do curso que eram do 3º semestre, portanto penúltimo semestre do curso, do período noturno, de uma única turma. Trata-se, portanto, de uma amostra proposital, não probabilística por conveniência (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK, 1987), composta por uma população com determinadas qualificações e características para a participação na pesquisa. Para Acevedo (2006), na amostragem não probabilística por conveniência, as pessoas são escolhidas de acordo com a conveniência do pesquisador. São os sujeitos que estão ao alcance do investigador. O questionário foi aplicado no mês de Junho de 2008, sob forma de papel.

### 3.2 Procedimento Metodológico – Estudo de Caso

A pesquisa pode ser definida como um estudo de caso. Para Yin (2001), o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que se tem dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.

Yin (2001, p. 29) comenta a preocupação de alguns autores sobre a utilização do estudo de caso, posto que algumas vezes, o pesquisador pode ser negligente e permitir evidências equivocadas ou visões tendenciosas para influenciar o significado das descobertas e das conclusões.

Outra consideração feita por Yin (2001) é que freqüentemente as pessoas confundem o estudo de caso com a pesquisa do estudo de caso.

### 3.3 Instrumentos da pesquisa e análise dos dados

O instrumento de pesquisa utilizado para o presente trabalho foi um questionário de questões abertas, fechadas e de múltipla escolha. E os procedimentos para a análise dos resultados é a tabulação de dados e análise gráfica e percentual. Para cada questionamento exibem-se os resultados encontrados por meio de tabelas e gráficos e em seguida é realizada uma análise dos mesmos. Assim, foram realizados os seguintes procedimentos:

a) Registros em Arquivos
b) Entrevistas Estruturada Quantitativa (Questionário aos discentes)
c) Entrevistas não-estruturadas Qualitativa (Gestores)

# 4.RESULTADO DE PESQUISA: ESTUDO DE CASO DO CURSO DE COMEX

## 4.1 Histórico do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE

Neste tópico do trabalho, o destaque é para a construção das redes que constituem o movimento articulado deste trabalho, ou seja, as interações entre os objetivos propostos e a IES observada. Face ao conteúdo literário exposto será possível entender que o perfil da IES, as leis em torno do curso de tecnologia e o mercado trabalho, são atendidos de forma ampla na formação dos alunos. Embora seja a mudança um fator permanente, em nada é considerada prejudicial quando atrelada ao planejamento e à gestão sólida.

O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior teve como ato de autorização a Resolução UNINOVE nº 47, de 03/08/01 e Resolução UNINOVE nº 33, de 10/10/2006 (UNINOVE Bauru e UNINOVE Botucatu) e como ato de reconhecimento a Portaria nº 1.371, de 18/05/04 e conforme Portaria nº 3.850, de 23/11/04; Portaria nº 1.560, de 27/05/04 e conforme Portaria nº 3.850, de 23/11/04 e Portaria nº 608, de 28/06/07.

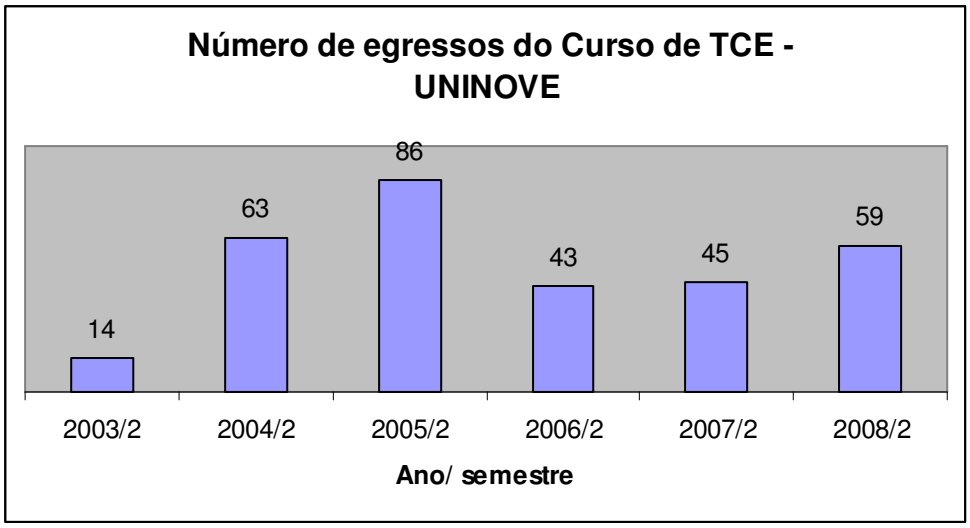
O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior, de acordo com levantamento em folders da IES pesquisada, busca oferecer ao mercado, profissionais qualificados, éticos e com responsabilidade social, com uma formação voltada para as melhores práticas do comércio internacional. Este curso vem sendo oferecido, nos últimos quatro anos, na região metropolitana de São Paulo, onde a UNINOVE mantém quatro campi: Vergueiro, Vila Maria, Memorial da América Latina e Santo Amaro. Há um grande número de empresas voltadas ao comércio internacional, circunvizinhas às quatro unidades. Dessas empresas, advém a maioria dos discentes.

A seguir, são apresentados alguns dados que consolidam o Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE.

O gráfico 1 mostra o número de egressos do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE nos últimos seis anos. Apresenta claramente o aumento do número de egressos de 2003 para 2004 chegando a 450%, no ano de 2004 para 2005 o aumento apresentado foi de aproximadamente 37%. A partir do ano de 2006, o curso apresentou uma queda no número de egressos de 50% e

manteve esse número até o encerramento do ano de 2007.Em 2008, ocorreu um aumento de aproximadamente 30% comparado com o ano de 2007.Essa queda de egressos pode ter ocorrido devido ao oferecimento do mesmo curso por diversas Instituições de Ensino dividindo assim o número de alunos entrantes na Instituição.

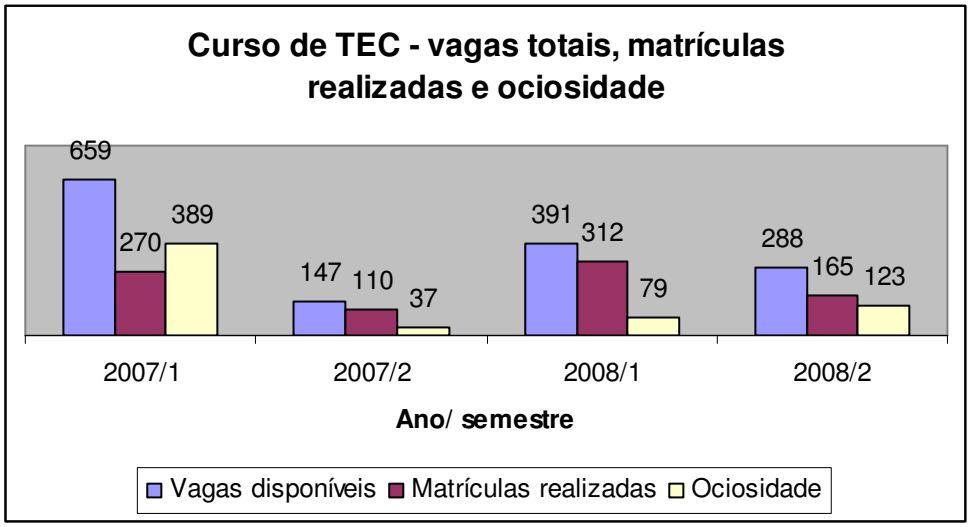
**Gráfico 1** - Comparação do número de egressos do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE nos últimos cinco anos




**Fonte**: elaborado pelo autor

O gráfico 2 evidencia o total de vagas oferecidas pela UNINOVE para o Curso de Tecnologia em Comércio Exterior, o número de matrículas realizadas e o percentual de ociosidade, nos últimos dois anos.

**Gráfico 2** - Comparação entre o número de vagas oferecidas, matriculas realizadas e percentual de ociosidade nos últimos dois anos




**Fonte**: elaborado pelo autor

Em 2007, o Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da Universidade Nove de Julho foi considerado pela Revista Veja como um dos melhores cursos de Tecnologia em Comércio Exterior do Brasil. Por coincidência ou não, o número de alunos matriculados neste ano foi bem maior. O gráfico 2 apresenta no primeiro semestre de 2007, que a Instituição teve 270 alunos matriculados e esse número continuou crescendo no primeiro semestre de 2008 com a entrada de mais 312 alunos.

São números importantes apresentados pelo curso para reflexão acerca do ensino superior no Brasil. A formação do tecnólogo apresenta uma dinâmica nova, que não fora vivenciada pelas IES concorrentes. Talvez a formação diferenciada focada na área de trabalho ou o próprio mercado de trabalho que ansiava por um profissional com este perfil.

A estrutura curricular da UNINOVE está desenvolvida dentro do eixo proposto pelo MEC e pela LDB com foco no mercado de trabalho e sobretudo na formação de competências. A estrutura curricular atual encontrar-se na seguinte forma:

**Quadro 2** - Grade Curricular do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior (ano 2009)

| **1º Módulo – PRÁTICAS EM GESTÃO DE EQUIPES** | | |
|---|---|---|
| **Disciplina**s | C. H. Semanal | C. H. Semestral |
| Teorias da Administração | 4 | 80 |
| Gestão de Pessoas | 4 | 80 |
| Comportamento Organizacional | 4 | 80 |
| Governança Corporativa | 2 | 40 |
| Direito Empresarial | 2 | 40 |
| Economia | 4 | 80 |
| Projetos I | | 80 |
| Atividade Complementar I | 40 horas | |
| **2º Módulo – ANALISTA ADMINISTRATIVO** | | |
| **Disciplinas** | C. H. Semanal | C H Semestral |
| Administração Estratégica | 4 | 80 |
| Gestão de Projetos | 4 | 80 |
| Desenvolvimento de Planos de Negócios | 4 | 80 |
| Sistema de Informação | 4 | 80 |
| Fundamentos de Controladoria | 4 | 80 |
| Projeto II | 4 | 80 |
| Atividade Complementar II | 40 horas | |
| **3º Módulo – ANALISTA DO MERCADO EXTERNO** | | |
| **Disciplinas** | C. H. Semanal | C H Semestral |
| Comércio Exterior | 4 | 80 |
| Geografia Econômica | 4 | 80 |
| Marketing Global | 4 | 80 |
| Pesquisa e Prospecção | 4 | 80 |
| Relações Internacionais | 2 | 40 |
| Direito Internacional | 2 | 40 |
| Projetos III | 4 | 80 |
| **Atividade Complementar III** | 40 horas | |
| **4º Módulo – ANALISTA EM OPERAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR** | | |
| **Disciplinas** | C. H. Semanal | C H Semestral |
| Regimes Cambiais | 2 | 40 |

| | | |
|---|---|---|
| Sistemática de Exportação | 4 | 80 |
| Logística Internacional | 4 | 80 |
| Transportes e Seguros | 4 | 80 |
| Legislação Aduaneira | 2 | 40 |
| Sistemática de Importação | 4 | 80 |
| Projeto IV | 4 | 80 |
| **Atividade Complementar IV** | 40 horas | |
| **Carga Horária das Disciplinas:** 1.920 horas<br>**Atividade Complementar:** 160 horas | | |

**Fonte**: Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE

A grade curricular demonstra a preocupação em atender aos princípios da nova LDB que traz em sua premissa básica a flexibilidade dos cursos, de tal forma que permitam sua criação e extinção à proporção que as condições regionais de trabalho o exijam. A interdisciplinaridade possibilita o retorno contínuo do trabalhador para re-qualificação. Observa-se a padronização de matérias no primeiro ano e a introdução de matérias específicas de curso no segundo ano, proporcionando ao aluno um enfoque maior na etapa em que estará habilitado a trabalhar de forma efetiva dentro da área escolhida.

O cuidado maior em elaborar as ementas das disciplinas do curso reside na discussão entre professores visando, com isso, traçar o caminho que seja coerente com a proposta do curso e com a interdisciplinaridade.

Ainda com relação às ementas, há uma preocupação em atualizá-las, sempre que necessário, de tal forma que o aluno possa receber um ensinamento que seja fruto da atualidade cultural e científica. A atualização bibliográfica constitui outra constante preocupação.

A grade curricular do curso de Tecnologia em Comércio Exterior foi elaborada e estruturada para fornecer ao aluno o instrumental básico para que este compreenda e possa, através da capacitação técnica, desempenhar a contento suas funções no mercado de trabalho.

No primeiro semestre é sedimentada a base para a compreensão dos processos gerenciais na disciplina Teorias da Administração, através da qual o aluno conhece as principais funções administrativas e suas ferramentas, bem como a

utilidade destas. Ainda no primeiro semestre, o aluno toma contato com outro aspecto fundamental do sucesso na administração das organizações, o corpo de colaboradores, através das disciplinas Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional. O entendimento das relações pessoais e do impacto dos indivíduos sobre o desempenho das organizações é fundamental neste mercado competitivo no qual as pessoas são consideradas o principal ativo de diferenciação.

É importante salientar que a globalização trouxe aos profissionais do Comércio Exterior uma exigência ainda maior neste sentido na medida em que se faz necessário compreender as diferentes culturas e como se relacionar com estas, considerando as expectativas pessoais, características regionais e a existência de diferentes crenças, costumes e religiões. Através das disciplinas de Direito Empresarial e Governança Corporativa, os alunos tomam contato com os aspectos legais que regem o dia-a-dia de uma organização, bem como da relação desta com a sociedade em que está inserida, considerando as expectativas dos agentes relacionados (sócios, acionistas, consumidores, fornecedores e órgãos reguladores).

A disciplina Economia visa fornecer subsídios ao discente para melhor compreensão dos processos econômicos de modo que possa reconhecer e compreender os mais diferentes cenários. Já a disciplina Projetos I possibilita ao aluno desenvolver suas habilidades lógico-matemáticas, assim como a capacidade analítica quantitativa que será utilizada em diversas outras disciplinas do curso no decorrer dos semestres.

No segundo semestre, através de uma tríade de disciplinas (Administração Estratégica, Gestão de Projetos e Desenvolvimento de Planos de Negócios) o aluno desenvolve a habilidade de realizar a análise de ameaças, oportunidades, pontos fortes e pontos fracos da organização, conhece as ferramentas que possibilitam decidir sobre a viabilidade de um empreendimento após a elaboração de um Plano de Negócios, através do qual o gestor avalia projetos, integrando organização, tecnologia, comportamento e inovação na solução de problemas. Alguns dos conhecimentos necessários serão agregados através da disciplina Sistemas de Informação que possibilitará ao aluno racionalizar a utilização dos inúmeros dados da organização, agregando valor à estes para obter as respostas necessárias.

A partir de então, torna-se essencial que o discente compreenda o papel da segurança das informações empresariais e do controle sobre os processos em uma

organização, compreensão que fica a cargo da disciplina Fundamentos da Controladoria.

A comunicação assume papel fundamental no trabalho desenvolvido no semestre e, para tanto, torna-se imprescindível desenvolver a capacidade de utilizar, de maneira correta, a linguagem verbal e escrita. A disciplina Projetos II tem isso por finalidade.

Nos semestres seguintes, as disciplinas são diretamente voltadas ao comércio exterior, o que se sedimenta com o tecnicismo verificado em disciplinas como Geografia Econômica, Marketing Global, Pesquisa e Prospecção, Relações Internacionais e Comércio Exterior (do terceiro semestre) e Regimes Cambiais, Sistemática de Exportação, Logística Internacional, Transportes e Seguros, Legislação Aduaneira e Sistemática de Importação (do quarto semestre) que, somadas, buscam fornecer ao aluno uma sólida formação tecnológica, formando profissionais para atuação nas mais diversas instituições voltadas ao comércio exterior, tornando-o competente, criativo, com sólida formação ética e ciente do seu papel na sociedade.

A interdisciplinaridade do currículo do terceiro semestre proporcionará ao aluno condições de elaborar uma plano de internacionalização de uma empresa/produto na disciplina Projetos III, considerando que a inserção no cenário global é parte dos negócios de qualquer organização voltada para o comércio exterior.

Já na disciplina Projetos IV, o discente tratará de elaborar um trabalho abordando aspectos formais da exportação a partir do conhecimento específico adquirido nas diferentes disciplinas que compõe a grade curricular do quarto semestre: definição do preço no país de destino considerando o impacto dos aspectos logísticos, seguros necessários para garantir a desempenho da transação comercial, aspectos legais e os processos de Exportação (visão do país de origem) e de Importação (visão do país de destino) – Regimes Cambiais, Logística Internacional, Transportes e Seguros, Legislação Aduaneira, Sistemática de Exportação e Sistemática de Importação, respectivamente.

### 4.1.1 Coerência curricular com os objetivos do curso:

#### 4.1.1.1 Objetivos Gerais

Os objetivos gerais do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE é fornecer ao aluno o instrumental básico para a compreensão dos processos do comércio exterior e fornecer-lhe a capacitação técnica para o desempenho prático das funções de um profissional de mercado do comércio exterior, habilitando-o a absorver e a transformar novas situações e informações em instrumentos de trabalho. As disciplinas relacionadas para o alcance desses objetivos gerais são: Geografia Econômica, Marketing Global, Comércio Exterior, Sistemática de Exportação, Sistemática de Importação, Logística Internacional e Legislação Aduaneira.

São objetivos gerais também do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior fornecer ao aluno uma sólida formação tecnológica, o saber fazer, a fim de que este possa atuar na busca de soluções, sempre considerando as modernas tecnologias que melhor se adaptem à prática das ações relacionadas à área e formar um profissional ético e engajado na prática de atividades sociais, aproximando o meio acadêmico do meio empresarial e integrando-o à sociedade. E as disciplinas relacionadas para o alcance desses objetivos são: Desenvolvimento de Plano de Negócios, Regimes Cambiais, Transportes e Seguros, Sistemas de Informação, Governança Corporativa, Fundamentos da Controladoria e Comportamento Organizacional.

#### 4.1.1.2 Objetivos Específicos

Um dos objetivos específicos do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior é formar mão-de-obra para atuação em instituições voltadas ao mercado internacional, de acordo com as exigências do setor. E as disciplinas responsáveis para o alcance desses objetivos são: Comércio Exterior, Pesquisa e Prospecção, Relações Internacionais, Sistemática de Exportação, Sistemática de Importação, Logística Internacional, Direito Internacional e Legislação Aduaneira.

Desenvolver no discente o processo de aprendizagem e desenvolver sua carreira também são objetivos específicos do curso, com conceitos de gestão que se

utilizam da moderna administração. As disciplinas relacionadas para o sucesso desses objetivos são: Teorias da Administração, Economia, Direito Empresarial, Gestão de Pessoas, Administração Estratégica e Gestão de Projetos.

Formar um profissional tecnicamente competente e criativo dentro de sua especialidade e, ao mesmo tempo, com sólida formação ética, engajado com o seu meio social e ciente da responsabilidade sócio-ambiental é mais um dos objetivos específicos da grade curricular do curso. E as disciplinas relacionadas para o alcance dos mesmos são: Administração Estratégica, Governança Corporativo, Comércio Exterior, Sistemática de Exportação e Sistemática de Importação.

### 4.1.2 Coerência curricular com o perfil desejado do egresso

O perfil desejado do egresso do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior é de um profissional preparado para gerenciar operações de comércio exterior, tais como: transações cambiais, despacho e legislação aduaneira, exportação, importação, contratos e logística internacional. As disciplinas responsáveis por essa formação são: Comércio Exterior, Regimes Cambiais, Sistemática da Exportação, Sistemática da Importação, Legislação Aduaneira, Direito Internacional, Logística Internacional e Transportes e Seguros;

Também é esperado de um egresso do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior o conhecimento para prospectar e pesquisar mercados, definir planos de ação, negociar e executar operações legais, tributárias e cambiais inerentes ao processo de exportação e importação. E as disciplinas necessárias para esse conhecimento são :Administração Estratégica, Gestão de Projetos, Desenvolvimento de Planos de Negócios, Marketing Global, Pesquisa e Prospecção, Direito Empresarial, Direito Internacional, Regimes Cambiais, Legislação Aduaneira, Fundamentos de Controladoria, Sistemática de Exportação, Sistemática de Importação e Comércio Exterior;

O egresso do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE também está apto a controlar fluxos de embarque e desembarque de produtos, providenciar documentos e identificar os melhores meios de transporte, de forma a otimizar os recursos financeiros e humanos para o comércio exterior. Na grade curricular do curso as disciplinas que fornecem esses conhecimentos são:

Legislação Aduaneira, Comércio Exterior, Transportes e Seguros, Logística Internacional, Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional.

Considerando o perfil desejado do egresso e a estrutura curricular do curso de Tecnologia em Comércio Exterior, destaca-se que o conhecimento é oferecido de modo crescente, através da construção passo a passo, fornecendo os instrumentos necessários ao desenvolvimento do aluno desde o princípio do curso.

No primeiro semestre, as disciplinas proporcionam o embasamento teórico necessário à construção do conhecimento que ocorrerá ao longo do curso. As disciplinas Teorias de Administração, Gestão de Pessoas, Comportamento Organizacional, Governança Corporativa, Direito Empresarial, Economia e Projetos I, farão com que os alunos tomem contato com as ferramentas básicas do processo gerencial, conheçam conceitos que permearão toda a vida acadêmica e profissional e permitirão assimilar outros conhecimentos com maior facilidade ao longo do processo de aprendizagem.

No Segundo Semestre, ao mesmo tempo em que se busca sedimentar os conhecimentos básicos e ampliá-los, através de disciplinas como Administração Estratégica, Gestão de Projetos e Desenvolvimento de Planos de Negócios, as demais disciplinas (Sistemas de Informação e Fundamentos de Controladoria – mais técnicas) aprofundam o conhecimento do discente e fornecem mais instrumentos de capacitação.

Já a partir do Terceiro Semestre, inicia-se o processo de adequação destes conhecimentos aos primeiros contatos com as disciplinas consideradas técnicas. Os alunos passam a conhecer termos do comércio internacional, documentos utilizados e, em disciplinas como Marketing Global, Relações Internacionais, Comércio Exterior e Direito Internacional, percebem forte direcionamento à atividade do gestor de comércio exterior, na medida em que seu viés é todo direcionado ao mercado e às atividades que serão desenvolvidas pelo discente, quando do término do Curso.

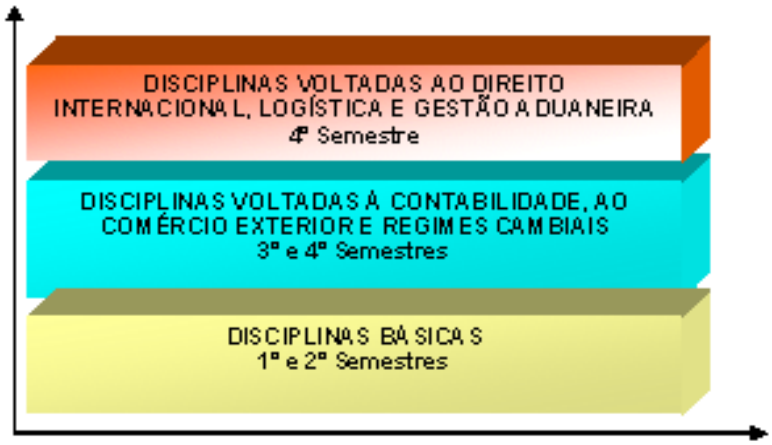
No Quarto Semestre, as disciplinas apresentam foco extremamente técnico, voltado para as ações do dia-a-dia do profissional de comércio exterior. Dos conhecimentos necessários para o desembaraço de mercadorias para importação e exportação, até o cálculo sistemático dos preços dos produtos para a exportação e para a importação, canais de distribuição e conhecimentos de ordem legal, o aluno entra em contato com a realidade do mercado e com os desafios que enfrentará quando egresso. É o caso das disciplinas Regimes Cambiais, na qual se ensina o

que é câmbio, aprofunda conhecimentos em operações de câmbio, financiamentos, entre outros assuntos correlatos, Sistemática de Exportação, Sistemática de Importação e Logística Internacional, nas quais a tônica se volta para a atuação no mercado de trabalho, descobrindo, com a orientação de profissional especializado, os caminhos e atalhos possíveis ao profissional da área.

Além disso, fecha-se o ciclo com a disciplina de Projetos IV, na qual os alunos vão cuidar dos aspectos formais da concretização de uma negociação internacional, à luz dos conhecimentos adquiridos, restando claro aos alunos que o maior objetivo, saber fazer, fora efetivamente atingido.

Deste modo, a instituição promove a inclusão social do discente ao fazer com que ele se perceba como um agente de mudanças, capaz de desenvolver sua atividade profissional com o conhecimento técnico necessário, com a ética esperada pela sociedade e com a responsabilidade de adotar ações ecologicamente corretas, socialmente responsáveis e economicamente sustentáveis.

**Gráfico 3** - Gráfico temporal da estrutura do curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE




**Fonte**: elaborado pelo autor

O gráfico 3 apresenta a estrutura dos semestres do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE, identificando as disciplinas básicas no 1º e 2º semestres do curso e as disciplinas técnicas do Comércio Exterior nos semestres posteriores.

### 4.1.3 Coerência do currículo com as Diretrizes Curriculares Nacionais

A coerência do currículo face às Diretrizes Curriculares Nacionais é bem definida, estando de acordo com um dos grandes eixos norteadores da Educação Profissional Tecnológica, que é integrar educação ao trabalho, à ciência e à tecnologia, propiciando o desenvolvimento de competências profissionais que tornem os egressos aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias.

Em consonância com tais diretrizes, identificamos as disciplinas que compõe a grade curricular do curso de Tecnologia em Comércio Exterior e possibilitam o alcance das diretrizes propostas, a saber: Administração Estratégica e Gestão de Projetos que incentivam o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos.

Também constam das Diretrizes Curriculares Nacionais desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços e incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho. E as disciplinas da grade curricular que possibilitam o alcance do objetivo são: Teorias da Administração, Comportamento Organizacional, Governança Corporativa, Comércio Exterior, Marketing Global.

Propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias são Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Tecnologia em Comércio Exterior. E as disciplinas que possibilitam o objetivo são:Governança Corporativa, Fundamentos de Controladoria, Gestão de Pessoas, Economia e Pesquisa e Prospecção;

As disciplinas de Comércio Exterior, Geografia Econômica, Marketing Global, Pesquisa e Prospecção, Relações Internacionais, Direito Internacional, Regimes Cambiais, Sistemática de Exportação, Sistemática de Importação, Logística Internacional, Transportes e Seguros e Legislação Aduaneira indicam a adoção da flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos, garantindo a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

O Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE promove ao discente a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação.

Para atender as diretrizes, o Curso de Tecnologia em Comércio Exterior oferece certificações ao término de cada semestre letivo, a saber: Qualificação Profissional em Práticas de Gestão de Equipes, Qualificação Profissional em Analista Administrativo, Qualificação Profissional em Analista do Mercado Externo e Qualificação Profissional em Analista em Operação de Comércio Exterior, respectivamente, para o primeiro, segundo, terceiro e quarto semestres (ou módulos). O concluinte de módulos correspondentes a qualificações profissionais fará jus ao respectivo Certificado de Qualificação Profissional de Nível Tecnológico.

O MEC/SETEC demonstra esta preocupação e através da Proposta em Discussão editada em documento sobre as Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica (2004), elabora a partir de tal proposta algumas observações relevantes sobre como a realidade das IES caminham junto do cenário de mercado e a LDB como diretriz:

> A educação profissional e tecnológica, no Brasil, reveste-se cada vez mais de importância como elemento estratégico para a construção da cidadania e para uma melhor inserção de jovens e trabalhadores na sociedade contemporânea, plena de grandes transformações e marcadamente tecnológica;
> • Diante de processos que encerram no seu âmago as tensas relações entre o trabalho, o emprego, a escola e a profissão. Tais relações resultam de emaranhadas redes de determinações, mediações e conflitos entre diferentes esferas da sociedade: econômica, social, política e cultural;
> • Deve-se considerar que todo e qualquer sistema educacional está historicamente localizado e circunstanciado por fatores de ordem econômico-social e político-cultural, definindo contextos em que se situam os diferentes atores, demonstrando interesses diferenciados (Proposta em Discussão sobre as Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica, 2004, p. 07).

A proposta apresentada pelo atual governo federal para a sociedade coloca a questão do atendimento das necessidades regionais como fator de desenvolvimento social localizado. Neste contexto cabe às Instituições de Ensino, através da qualificação de seus docentes, buscar tanto a parceria com a comunidade externa quanto a readequação de seus currículos para a melhoria dos serviços prestados.

Essas buscas devem continuar apesar dos fatores de engessamento, como a falta de autonomia para abertura de novos cursos em áreas diferenciadas das já existentes, a contratação de novos docentes para atuar nestes novos cursos; a falta de recursos financeiros para construção de novos laboratórios.

A vivência em sala de aula respeita as mudanças da sociedade, sem perder o foco do planejamento.

### 4.1.4 Administração acadêmica: Colegiado de Curso

#### 4.1.4.1.Composição e funcionamento do Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é composto pelo coordenador e pelos professores que ministram as disciplinas do curso. São atribuições do Colegiado: o planejamento semestral das atividades: a elaboração, atualização e manutenção dos projetos pedagógicos e dos planos de ensino; a elaboração de propostas de eventos de pesquisa e extensão. O Colegiado de Curso é reunido ordinariamente a cada semestre de ano civil e é presidido pelo Coordenador do curso.

#### 4.1.4.2 Articulação do colegiado de curso com os colegiados superiores da Instituição

O Colegiado de Curso articula-se com os Colegiados Superiores por meio do Diretor de Departamento que, do Conselho Universitário (CONSUN) e do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) e, também, pela articulação com a representação docente formada por membros dos Conselhos Superiores.

#### 4.1.4.3 Articulação do Projeto Pedagógico do Curso com o Projeto Pedagógico Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional

O Projeto Pedagógico Institucional da UNINOVE é constituído pela Missão, Objetivos, Bases Filosóficas e Princípios Metodológicos que se refletem nos Programas e Cursos de Ensino, Pesquisa, Iniciação Científica e Extensão. O Projeto Pedagógico em harmonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional e as Gestões Acadêmica/Administrativa operacionalizam suas atividades, em consonância com as Políticas/Programas específicos e Resoluções UNINOVE.

O curso de Tecnologia em Comércio Exterior tem como missão desenvolver, elaborar e transmitir conhecimentos para a formação de um ser crítico com habilidades e competências para realizar a transformação; viabilizando novas realidades e contribuindo para a evolução da sociedade nos campos científico, técnico, econômico e cultural.

Os objetivos do curso de Tecnologia em Comércio Exterior são de fornecer ao aluno o instrumental básico para a compreensão dos processos do comércio exterior e fornecer-lhe a capacitação técnica para o desempenho prático das funções de um profissional de mercado do comércio exterior, habilitando-o a absorver e a transformar novas situações e informações em instrumentos de trabalho.

Busca fornecer ao aluno uma sólida formação tecnológica, o saber fazer, a fim de que este possa atuar na busca de soluções, sempre considerando as modernas tecnologias que melhor se adaptem à prática das ações relacionadas à área.

O Curso tem por finalidade formar mão-de-obra para atuar em instituições voltadas ao mercado internacional, de acordo com as exigências do setor. Também tem como objetivo levar o discente a adotar em sua carreira, conceitos de gestão utilizados na moderna administração, tornando-o um profissional tecnicamente competente e criativo dentro de sua especialidade e, ao mesmo tempo, com sólida formação ética, engajado com o seu meio social e consciência da responsabilidade sócio-ambiental.

O perfil do egresso que o curso forma são de profissionais aptos a desenvolver o plano de exportação e importação e todas as atividades relacionadas ao comércio internacional tais como:

- Captar recursos internos e externos para viabilizar a produção de bens/serviços exportáveis.
- Analisar mercados internacionais: em função dos ambientes setorial e macro ambiente.
- Distribuição física internacional de produtos: logística integrada.
- Conhecer as culturas dos países com os quais se deseja manter relações comerciais, a fim de garantir não só a satisfação nos produtos/serviços, como também, respeitar suas políticas legais e ambientais.

Ao fornecer ao aluno o instrumental básico para a compreensão dos processos do comércio exterior e fornecer-lhe a capacitação técnica para o

desempenho das funções, o Curso habilita o aluno a absorver e a transformar novas situações e informações em instrumentos de trabalho. Tal característica – a de assimilação de transformações -, faz do egresso do curso um profissional adaptado às necessidades e exigências de um mercado globalizado.

Este profissional estará apto a ocupar cargos na indústria, no comércio e na prestação de serviços, com uma visão ética e cidadã, com responsabilidade social e ambiental. O formando estará apto a organizar e controlar os recursos financeiros, humanos e materiais da organização, pesquisar novas informações dos mercados em que se pretende operar e a utilizar o ferramental técnico de trabalho, aplicável nas operações de Comércio Exterior, tais como: Legislação Aduaneira, Câmbio, Relações Econômicas Internacionais e Engenharia de Preços.

## 5 RESULTADOS – ANÁLISE E DISCUSSÃO

O objetivo geral do estudo foi analisar as transformações do contexto de Ensino Superior no Brasil tendo em vista o desenvolvimento do Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE, e a reflexão sobre a produção do conhecimento e a interação do curso com o mercado de trabalho. Para tanto, foram definidos quatro objetivos específicos: (1) descrever como se processa a formação do Tecnólogo em Comércio Exterior da UNINOVE, identificando o modelo dessa formação; (2) analisar, de acordo com a nova LDB, a grade curricular e o projeto pedagógico da formação do curso; (3) identificar no mercado de trabalho as áreas de atuação para os Tecnólogos em Comércio Exterior e verificar se elas condizem com a formação do egresso; e (4). estabelecer um perfil do discente, tendo em vista a realidade profissional dos egressos.

Os três primeiros objetivos específicos foram contemplados no capítulo 4.E o último objetivo é apresentado neste capítulo através de pesquisa realizada com discentes do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE. A pesquisa contou com 55 respondentes do período noturno e no penúltimo semestre do curso. Dos participantes da pesquisa, 33 são mulheres e 22 são homens, e todos os respondentes ingressaram no curso no primeiro semestre de 2007.A idade média dos entrevistados é de 27 anos e desses 44 são solteiros, 8 são casados, 1 é divorciado e 2 discentes não responderam o seu estado civil. Outro dado coletado é que dos 55 discentes entrevistados somente 7 possuem filhos e 48 não possuem filhos.

Os resultados encontrados e as afirmações constam nas tabelas e gráficos a seguir:

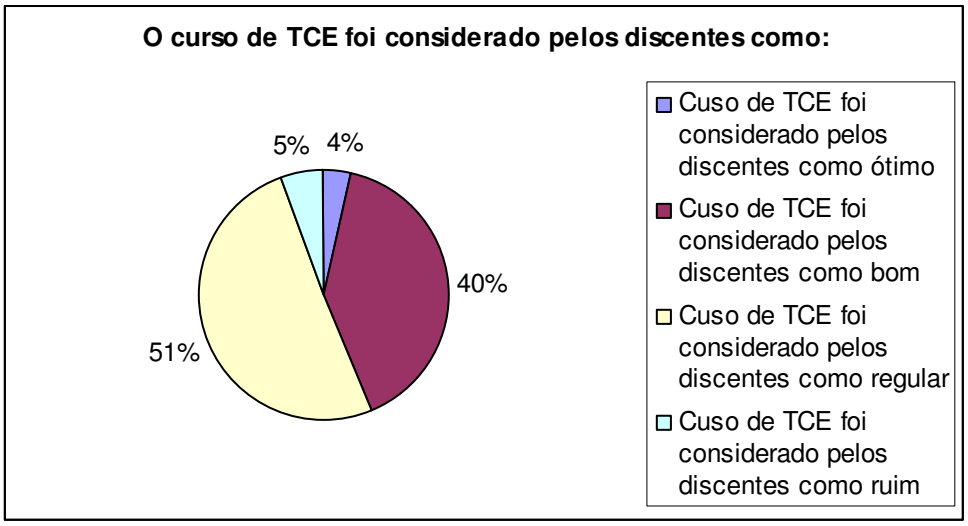
**Tabela IV** - Fatores determinantes para escolha do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE

| **Fatores que determinaram a escolha pelo curso de Tecnologia em Comércio Exterior na UNINOVE** | | % |
|---|---|---|
| Gostar da área | 2 | 3, 57 |
| Ter conhecimento na área | 2 | 3, 57 |
| Interesse no Mercado de trabalho | 18 | 32, 14 |
| Indiferente | 6 | 12 |
| Trabalhar na área | 15 | 26, 79 |
| Pelo tempo do curso de tecnologia | 5 | 8, 93 |
| Interesse em empresas que estão ampliando a área de Comércio Exterior | 3 | 5, 36 |
| Por indicação de parente ou amigo | 1 | 1, 79 |
| Curso referenciado como um dos melhores no Brasil | 2 | 3, 57 |
| Não respondeu | 2 | 3, 57 |
| Total de alunos | 55 | 100 |

**Fonte**: elaborado pelo autor

A tabela 4 apresenta os fatores determinantes dos discentes para a escolha do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior na UNINOVE e o resultado foi o seguinte: de 55 alunos respondentes, 3, 57% escolheram o curso por gostarem da área; 3, 57% optaram porque têm conhecimento na área; 32, 14% dos discentes, a maioria, possui interesse no mercado de trabalho; 12% apresentarem-se indiferente; 26, 79% exercem atividade na área de Comércio Exterior; 8, 93% optaram devido o tempo de o curso ser de dois anos; 5, 36% escolheram o curso por apresentarem interesse em empresas que estão ampliando a área de Comércio Exterior; um índice pequeno de 1, 79% foram indicados por parentes ou amigos para realizarem o curso; 3, 57% dos discentes, optaram porque o curso foi referenciado como um dos melhores do Brasil; e 3, 57% dos discentes não responderam a questão.

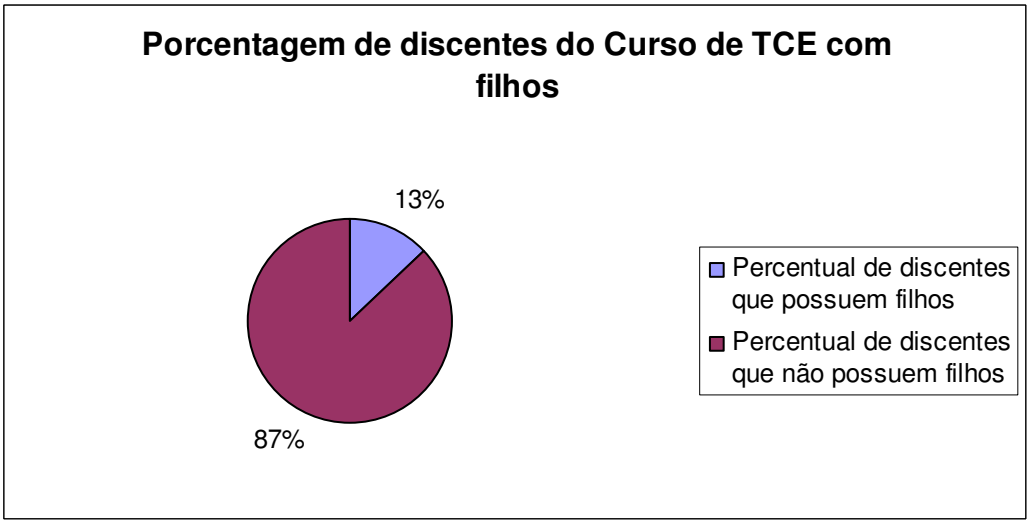
**Gráfico 4** - Avaliação do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE pelos discentes




**Fonte**: elaborado pelo autor

Observa-se no gráfico 4 que o Curso de Tecnologia em Comércio Exterior foi considerado pela maioria dos discentes como um curso regular, 40% dos discentes considerou o curso bom e 5% considerou o curso ruim e 4% dos entrevistados considerou o curso ótimo.

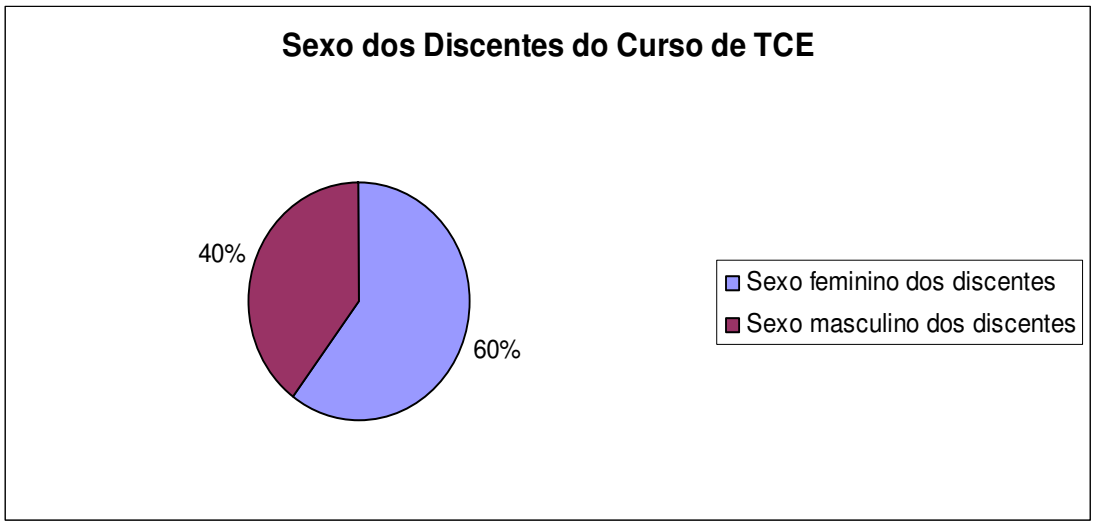
**Gráfico 5** - Número de discentes, do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE, que possuem filhos




**Fonte**: elaborado pelo autor

No gráfico 5 foi questionado se os discentes do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior possuem filhos, e a conclusão foi de que somente 13% possuem filhos e 87% não possuem filhos. Notou-se que os discentes do curso possuem como foco principal de vida uma boa carreira, e muitos falam em viagens internacionais e esse é um dos motivos que interfere do profissional em ter filhos.

**Gráfico 6** - Estudo percentual do sexo dos discentes, do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE



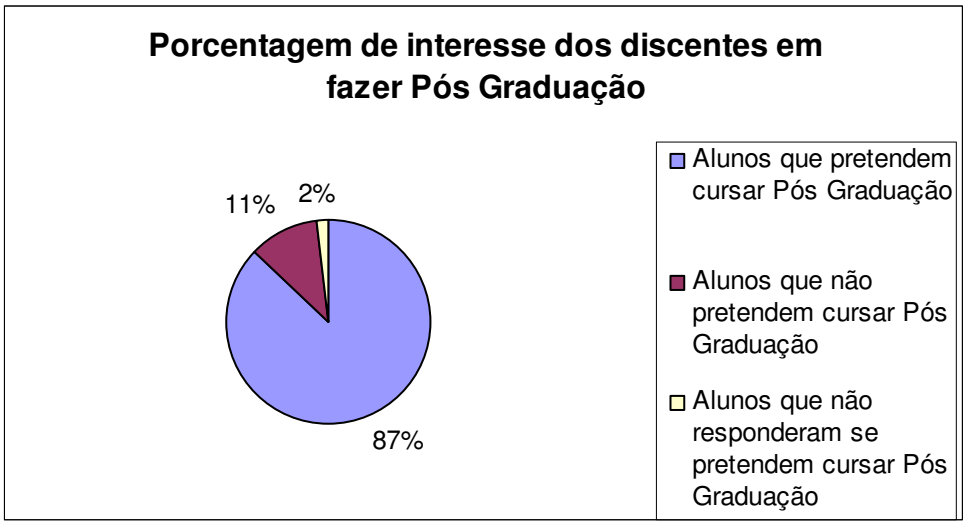

**Fonte**: elaborado pelo autor

Observando o Gráfico 6, verifica-se que a maioria dos discentes do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior são do sexo feminino e que a minoria, 40%, são do sexo masculino.

De acordo com dados do Censo da Educação Superior, desde o ano de 2001, o universo acadêmico registra maior número de ingressantes do sexo feminino. A participação masculina aumentou percentualmente de 2006 para 2007, mas o número de mulheres é superior nos Cursos Superiores.

De 2000 a 2007, houve um aumento de 81, 14% no número total de matrículas na educação superior. A participação das mulheres aumentou 76, 92% no mesmo período (MEC/INEP, 2007).

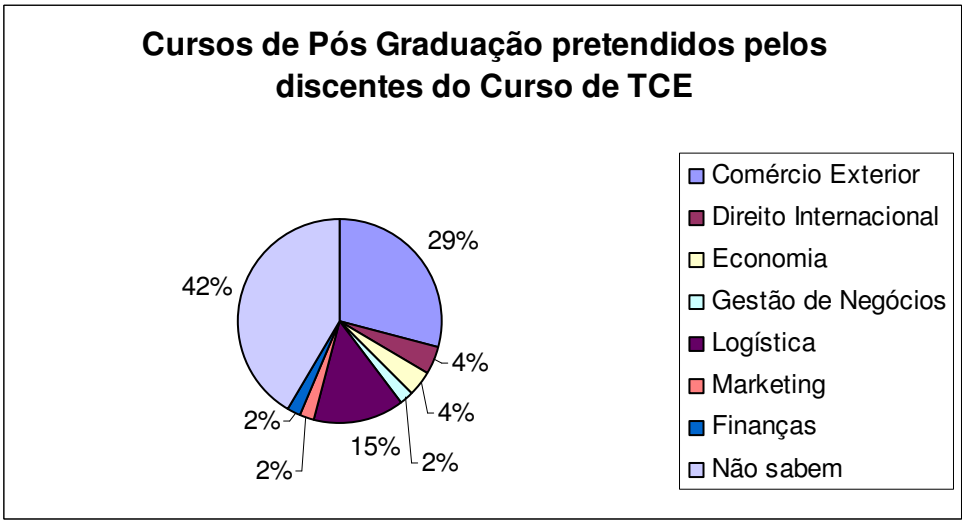
**Gráfico 7** - Percentual de discentes, do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE, que pretendem cursar Pós Graduação




**Fonte**: elaborado pelo autor

Analisando o gráfico 7, verifica-se o interesse dos discentes do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior em realizar uma Pós Graduação. Dos respondentes, 87% apresentaram interesse em cursar uma Pós Graduação, 2% não mostraram interesse no curso de Pós e 11% dos discentes não responderam ao questionário.

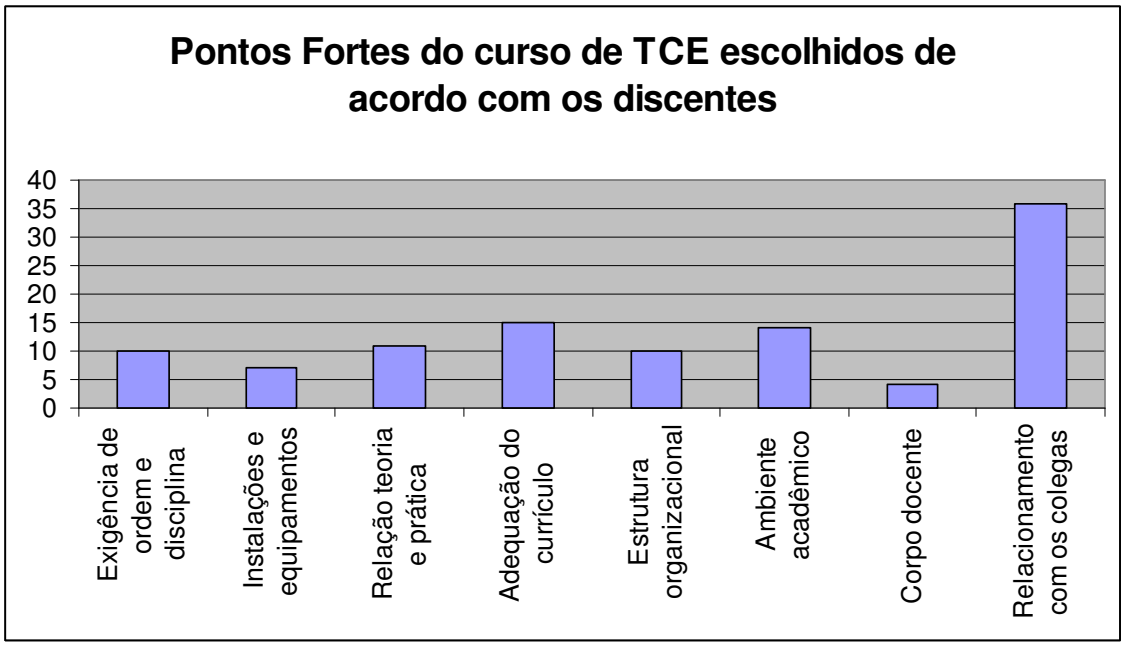
**Gráfico 8** - Cursos de Pós Graduação pretendidos pelos discentes do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE




**Fonte**: elaborado pelo autor

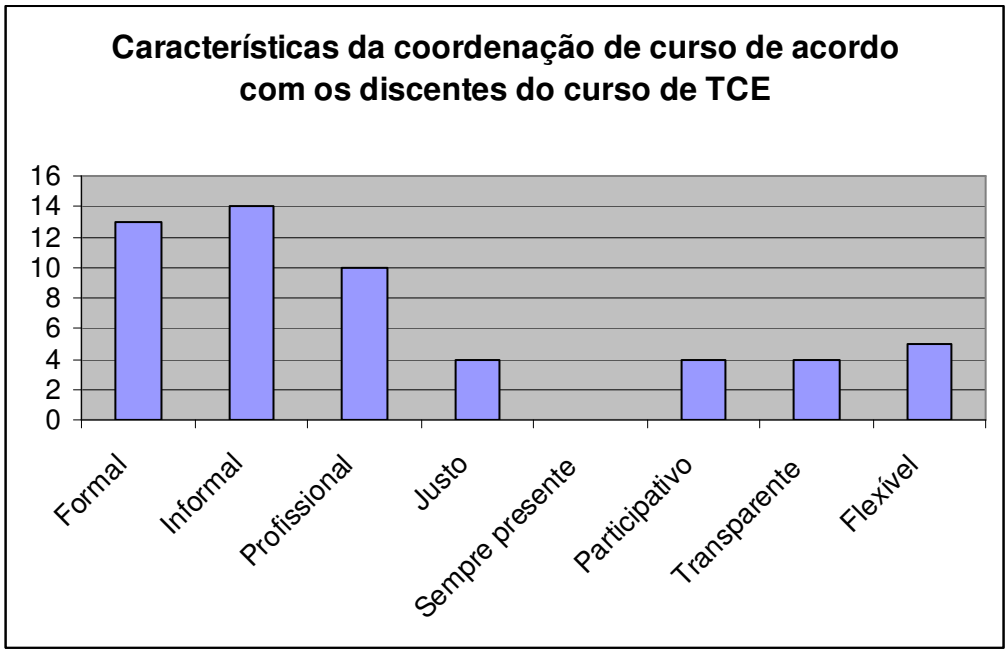
No gráfico 8 são apresentados os cursos mais pretendidos pelos discentes. Nota-se que a grande maioria dos discentes não sabe qual curso escolher, e 29% dos alunos pretendem continuar especializando-se na área.

**Gráfico 9** - Pontos fortes do curso apontados pelos discentes, do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE



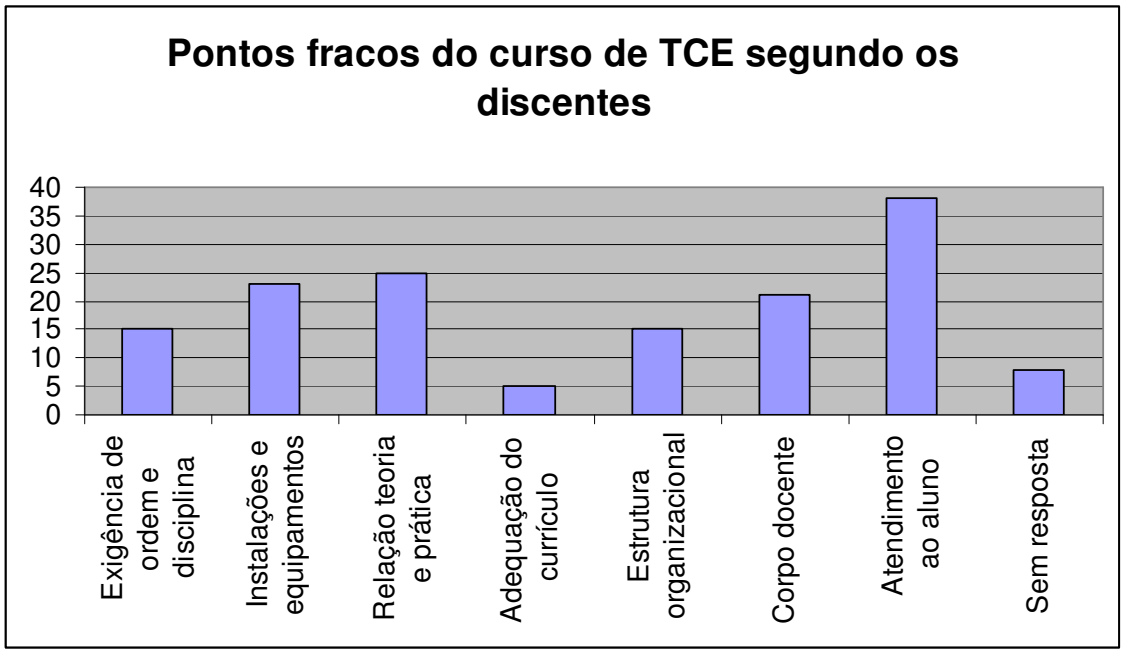

**Fonte**: elaborado pelo autor

**Gráfico10** - Características da coordenação segundo os discentes do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE




**Fonte**: elaborado pelo autor

**Gráfico 11** - Pontos fracos do curso apontados pelos discentes, do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE




**Fonte**: elaborado pelo autor

Os gráficos 9, 10 e 11 abordam o grau de satisfação dos discentes em relação ao Curso de Tecnologia em Comércio Exterior e a coordenação do curso.

Conforme o gráfico 9, observou-se que como maior ponto forte do curso, o relacionamento com os colegas. E como segundo ponto forte do curso o ambiente acadêmico e a adequação ao currículo.

O gráfico 10, apresenta as características da coordenação do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior segundo os discentes. E analisando os dados verifica-se que o coordenador é apontado em primeiro lugar como informal, em segundo lugar como formal e posteriormente como profissional.

As principais observações a serem feitas sobre o gráfico 11, que apresenta os pontos fracos do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior segundo os discentes, são: 38 alunos apontaram o atendimento ao aluno como principal ponto a ser melhorado, 25 respondentes concordam que a relação teoria e prática do curso ainda não é satisfatória, 23 alunos apontam que as instalações e equipamentos devem ser melhoradas, 21 discentes responderam que o corpo discente ainda não é satisfatório, 15 respondentes apontam que a estrutura organizacional deve ser melhorada e somente 5 alunos não concordam com a adequação ao currículo.

**Quadro 3 -** Resultado Agrupado por ordem de opiniões

| **Resultado agrupado por ordem de concordância** | **Ponto Fraco** | **Ponto Forte** |
|---|---|---|
| Adequação do currículo | 5 | 15 |
| Exigência de ordem e disciplina | 15 | 10 |
| Estrutura organizacional | 15 | 10 |
| Corpo docente | 21 | 4 |
| Instalações e equipamentos | 23 | 7 |
| Relação teoria e prática | 25 | 11 |
| Atendimento ao aluno | 38 | 2 |

**Fonte**: elaborado pelo autor

Ao cruzar as 07 respostas das afirmações dadas pelos respondentes, temos constatações de satisfação e insatisfação com o curso.

É interessante observar que alunos do mesmo curso apresentam respostas bastante diferentes.

Tais afirmações mostram que há diferenças importantes a serem consideradas, pois as opiniões dos respondentes variaram.

Dessa forma, avalia-se através de dois núcleos, o comportamento das respostas dadas para as afirmações. Os núcleos estão divididos em: (1) Estrutura e Proposta Pedagógica e (2) Estrutura de Gestão Institucional.

**Núcleo 1 - Estrutura de Proposta Pedagógica**

**Adequação ao Currículo**

Os índices das respostas apontam que de 20 alunos que responderam sobre a adequação do currículo do curso, 05 alunos apontaram o currículo fraco e 15 consideraram forte. Dessa forma, a adequação curricular foi avaliada positivamente pela maioria dos respondentes. Apresentando assim, as disciplinas voltadas para segmento de Comércio Exterior necessárias para o mercado de trabalho.

De acordo com o que já foi dito nesse trabalho, a estruturação curricular deverá ser elaborada de acordo com o perfil profissional de conclusão do curso e no projeto pedagógico deverão constar às competências gerais e específicas da área da habilitação profissional. Esta estruturação gera maior flexibilidade na elaboração dos currículos, como também agiliza e amplia o atendimento das necessidades dos trabalhadores, visto que podem cursar os módulos de acordo com sua necessidade e, ao final do curso de todos os módulos recebem o diploma de Tecnólogo.

Os Centros de Educação Tecnológica e as Faculdades de Tecnologia, embora representando apenas 7, 4% do total de instituições do sistema, foram as que tiveram o mais expressivo crescimento de todos os modelos de organização acadêmica, atingindo, neste período, 54, 8%.

Fica assim confirmada no aspecto de currículo a abordagem crítica, na medida em que, a formação do profissional consolida-se com dimensões voltadas para o ideal e produtividade como formação do pensamento reflexivo- criativo

**Relação Teoria e Prática**

Os índices da resposta apontam, que de 36 respondentes, 25 discentes apontaram como fraco e 11 indicaram como forte a relação da teoria das disciplinas com a prática. Fica assim confirmado, como já foi apontando anteriormente nesse trabalho, a necessidade do conhecimento produzido pelo ambiente acadêmico e científico, e que devem materializar-se em tecnologia e chegar ao mercado na forma

de novos padrões de comportamento, procedimentos, técnicas e equipamentos cada vez mais acessíveis à sociedade.

A crescente incorporação da ciência e da tecnologia aos processos produtivos e sociais a serviço dos processos de acúmulo do capital globalizado produz uma contradição sensível: quanto mais se simplificam as tarefas, mais conhecimento se exige do trabalhador. Em decorrência disso, exige-se a ampliação da escolaridade, do profissional através de processos permanentes de educação continuada.

Segundo Dias (2002), os documentos oficiais da proposta curricular brasileira recontextualizam diversos discursos e constroem um modelo baseado na formação dos professores.

As mudanças no quadro educacional, dos Cursos Superiores de Tecnologia, devem estar vinculadas à questões econômicas que se apresentam no mundo atual associadas à nova forma de produção capitalista.

O uso do conceito de competências no discurso global busca uma associação entre o currículo e a economia, visando a preparação do sujeito para viver em um mundo mais competitivo. O processo de formação tem caráter permanente, pois deve buscar o aprender a aprender.

Cunha (2002) afirma que o ensino universitário vem sendo pressionado para apresentar soluções de problemas que são apresentados em velocidade cada vez maior, aumentando as relações entre teoria e prática, ensino e pesquisa e a forma de controle do conhecimento

**Corpo Docente**

Os índices da resposta apontam que de 25 discentes, somente 4 apontaram o corpo docente como ponto forte do curso e a grande maioria, 21 respondentes, apresentaram-se insatisfeitos. Tal informação, só vem confirmar o que já foi ressaltado anteriormente nesse trabalho que planejamento dos Cursos de Tecnologia deve estar aliado à realidade e ao pensamento global sem sugerir a padronização da pedagogia e do trabalho docente. O planejamento está em constante construção, pois não tem um fim em si mesmo. Sua construção se dá com a colaboração de toda a sociedade e não apenas de uma parte elitista desta mesma sociedade.

Para Vitorette (2001), os tecnólogos são profissionais capacitados a entender os processos produtivos (visão holística) e suas tendências, ao mesmo tempo em

que possuem uma forte preparação em determinada especialidade daquela área de atuação profissional (vertente tecnológica definida por tendências de desenvolvimento). São profissionais preparados para pensar globalmente e agir localmente. Segundo Machado (2002, p. 43), a educação profissionalizante vêm se transformando em uma mercadoria valiosa, por supostamente significar “garantia” contra o desemprego ou o “passaporte” para melhores e maiores oportunidades no mercado de trabalho.

Tendo estes cursos, programas de curta duração, de no mínimo dois anos, destinados a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente atendem diversos setores da economia, abrangendo áreas especializadas, ao aliar teoria e prática, por meio de estágios, seleção de melhores propostas por incubadoras de empresas, que buscam nas universidades talentos e projetos com potencial, e por fim o próprio mercado de trabalho que define o perfil do profissional.

**Núcleo 2 – Estrutura de Gestão Institucional**

O núcleo 2 abrange quatro resultados, exigência de ordem e disciplina, estrutura organizacional, instalações e equipamentos e atendimento ao aluno. Todos os resultados apontaram maior índice de insatisfação dos respondentes e é por esse motivo que a expressão “Gestão” passou a fazer parte no contexto educacional agregada a uma mudança de paradigma dos encaminhamentos das questões significativas dos rumos dessa área. A expressão “gestão educacional” foi comumente utilizada para designar a ação dos dirigentes e surgiu em substituição da expressão "administração educacional". O termo gestão extrapola a noção de novas idéias, implica a adoção de novo parâmetro, que busca estabelecer na instituição uma orientação transformadora, a partir da dinamização dos contextos interno e externo.

Para enfrentar os problemas advindos desse contexto dinâmico e competitivo os gestores das IES estão usando de forma crescente o planejamento estratégico como parte dos esforços solicitados pelo governo face ao Plano de Desenvolvimento Institucional. Neste contexto, a Instituição deve planejar suas estratégias e alocar seus recursos visando sua implementação.

A observação das mudanças ocorridas nos últimos anos e a informação aliada à tecnologia são pontos fortes para as mudanças contextuais e significativas ocorridas na vida do homem.

As IES, por trabalharem com a informação e serem agentes de transformadores do conhecimento, tiveram que ser adaptadas rapidamente à estas mudanças. Entretanto, embora a missão institucional não tenha se alterado, a forma de exercer esse papel sofreu mudanças dramáticas.

O próprio mercado de trabalho, o principal cliente destas instituições passou a demandar profissionais empreendedores, autônomos, com iniciativa e espírito crítico, tendendo a substituir o ensino tradicional por outro mais atual e flexível.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse capítulo, apresenta-se o encerramento do trabalho com as considerações finais e sugestões para trabalhos futuros.

O Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior, seus alunos e o mercado de trabalho formaram o cenário desta pesquisa, cujas considerações são tecidas nesta parte final, retomando as questões de pesquisa propostas no início do estudo.

O curso, com duração de dois anos, acompanha as mudanças estruturais da economia e de política que influenciam o futuro deste profissional. Frente a isto, o curso prepara alunos aptos a enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais exigente com mudanças de grande impacto.

Em uma amostragem de 55 alunos do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE, que representa 17% por cento dos alunos matriculados no primeiro semestre de 2008, na Unidade Memorial da América Latina no período noturno, 51% considerou o curso regular.

O perfil do aluno desta amostragem é de 60% de alunos do sexo feminino, sem filhos, que pretendem optar por cursos de pós-graduação sendo 42% na área de finanças e 29% em comércio exterior.

Um ponto conflitante na pesquisa deu-se na questão da escolha do ponto forte residir na exigência de ordem e disciplina, 36%, ficando com uma margem de 38% aqueles que consideram este mesmo fator como ponto fraco do curso. Segue-se como ponto forte a adequação de currículo e a relação teoria e prática.

A média de egressos formados nos últimos dois anos, 2006 e 2007 ficou em 45% dos matriculados havendo uma queda na procura pelo curso comparando-se ao primeiro semestre de 2007 e 2008.

Observa-se que o curso oferece uma visão de tecnólogo, quando na realidade existe a necessidade de uma visão estratégica.

O profissional desta área traz consigo uma carga pré-estabelecida como idiomas, disciplina e foco. Este tipo de característica intrínseca esperada pelo mercado muitas vezes não pode ser preenchida nas Universidades, por outro lado, pode ser estimulada pelos docentes.

Outro ponto a ser ressaltado está relacionado com as habilidades que o professor deseja ver desenvolvidas. Questões estas que vão desde o conhecimento

geral da atualidade, geografia e história até a visão integrada do mundo e de todos os componentes. A formação dos alunos também deve proporcionar a versatilidade e a excelente comunicação oral e escrita; permitindo questionar o papel das disciplinas na promoção do desenvolvimento destas habilidades.

Neste sentido a Capes formulou programas objetivando "apoiar a capacitação no país de Docentes e Técnicos com cargo de nível superior que sejam integrantes do quadro permanente de instituição de ensino superior" (Capes, 2004, p. 20). Um dos princípios norteadores do programa é promover a desconcentração da produção acadêmica e a melhoria do ensino superior, de forma a reduzir as disparidades regionais.

Há ainda que se considerar as diferenças entre as organizações, que, muitas vezes, têm exigências específicas, tornando difícil a adaptação quando a pessoa migra de uma empresa para outra.

O conhecimento específico passa a ser, muitas vezes, um entrave na busca de uma recolocação no mercado de trabalho.

A grade proposta pela Universidade Nove de Julho para o Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior propicia ao aluno contato com as disciplinas que farão parte de sua vida profissional nos últimos seis anos de forma intensiva, quando na realidade existe uma necessidade de prática e teoria aliadas a todo o momento.

Inserido neste contexto, a empresa objeto de estudo desta dissertação utiliza a responsabilidade social como estratégia de mercado, com preços populares e diversos projetos junto à comunidade, viabilizando educação de ponta à diversas camadas da sociedade. A UNINOVE molda a estrutura curricular e os projetos na promoção e na inserção de seus alunos no mercado de trabalho, na responsabilidade social e, sobretudo na criação de mecanismos efetivos e permanentes na vida de seus egressos.

Outro fator ressaltado neste estudo pauta-se na abordagem da responsabilidade social está ligada aos anseios de todas as pessoas que visam a melhoria das condições de vida e do meio ambiente. Associada a ela, o poder da informação através dos meios de comunicação, sejam eles canais de televisão, por revistas, jornais, internet, formam uma poderosa arma na busca desta melhoria. O consumidor atual, munido de todas estas ferramentas de informação está mais atento a todos os movimentos empresariais, se estes são éticos, responsáveis e, se trazem algum benefício a sociedade. E somente por meio de empresas imbuídas

pela qualidade oferecida em suas grades curriculares, seus projetos, a visão de longo prazo em relação aos profissionais egressos pode transformar a sociedade e promover o crescimento do país.

Para trabalhos futuros recomendá-se ampliar o escopo da pesquisa para outros cursos e outras instituições de ensino superior.

**BIBLIOGRAFIA**

ACEVEDO, Cláudia Rosa e NOHARA, Jouliana Jordan. **Monografia no curso de Administração: guia completo de conteúdo e forma.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ACIOLI, M. F. C. L. Perspectivas históricas da formação dos tecnólogos. **CET,** ano I, nº 1, Maceió: 2004.p. 55.

ALMEIDA, Leandro S. ; SOARES, Ana Paula Os Estudantes Universitários: Sucesso Escolar e Desenvolvimento Pessoal. In Mercuri, Elizabeth; Polydoro, Soely A. J. (orgs). **Estudante Universitário: Características e experiências de formação.** Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

ANET – Associação Nacional de Educação Tecnológica. **Perfil do Tecnólogo: resultados preliminares.** Outubro, 2003.(mimeo).

BALDRIDGE, J. V. et al. Organizational Characteristics of Colleges and Universities. In: J. V. Baldridge & Del (editors). **The Dynamics of Organizational Change in Education.** Berkeley: McUtchan, 1983, p. 38-59.

BASTOS, J. A. S. A. **A educação técnico-profissional: formação profissional e impacto tecnológico.** Brasília: SENETE, 1991.

BENNIS, W. G. e O'TOOLE J. **How Business Schools Lost Their Way.** Havard Business Review Article, 2005

BILESSIMO, S. M. S. **Modelo para gestão do curso de tecnologia em cerâmica da UNESC.** Tese (Doutorado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

BOHLANDER, G. & SNELL, S. **Administração de recursos humanos.** São Paulo, Pioneira Thomson Learning; 2003.

BRASIL. Lei, Decretos. **Lei n. 9394, de 10 de dezembro de 1996.**Estabelece as Diretrizes e Bases de Educação Nacional. Brasília. Art. 39 a 57

BRASIL. Lei, Decretos. **Decreto n. 2208, de 17 de abr. de 1997.**Regulamenta a Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília.

BRASIL. Lei, Decretos. **Decreto n. 5154, de 23 de julho de 2004.**Regulamenta a Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE/CP). **Parecer nº. 29/2002.**Brasília: 02 de dezembro de 2002.

BRASIL. Lei de Inovação Tecnológica (Lei n. º 10. 973/2004). Brasília, DF: Congresso Nacional. Atos do Poder Legislativo, **DOU**, n. º 232 de 03.12.2004.

BRISOLLA, S. Relação universidade x empresa: como seria se fosse. In: **Interação Universidade Empresa**, editado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com patrocínio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), 1998, 398 p. pp. 76-98.

BUENO, E. L. **A responsabilidade social e o papel da comunicação - responsabilidade social das empresas.** Petrópolis: Editora Fundação, 2002.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório de gestão 2003.Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.** Brasília: Ministério da Educação, 2004.

CASTRO A. D. **,** CARVALHO**,** A. M. P. **Ensinar a ensinar**: **didática para a escola fundamental e média**. São Paulo**:** Pioneira Thomson Learning**,** 2000.

CHARLOT B. **Da Relação com o Saber.** Porto Alegre, Artmed, 2000.

CLAVEL, J. **A Arte da Guerra.** São Paulo: Editora Pioneira, 2004.

CORDÃO, Francisco Aparecido. A LDB e a Nova Educação Profissional. **Boletim Técnico SENAC**, v. 28, n. 1, p. 11-23, abr. 2002.Disponível em: <http://www. senac. br/informativo>. Acesso em: 21 jan. 2008.

CUNHA, Maria Isabel da. Aula Universitária: inovação e pesquisa. In LEITE, Denise; MOROSINI, Marília (Orgs. ) **Universidade Futurante: produção do ensino e inovação.** Campinas: Papirus, 2002.

DEMO Pedro. **Saber Pensar**. São Paulo:Cortez, 2002

DEPRESBITERIS, Lea. Educação Profissional: Seis faces de um mesmo tema. **Boletim Técnico SENAC**. v. 26, n. 2, mai/ago 2000. Disponível em: <http://www. senac. br/informativo/>. Acesso em: 16 jan. 2008.

DAVENPORT, Thomas H. e PRUSAK, Laurence. **Conhecimento Empresarial.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DIAS, R. E. **Competências – Um conceito recontextualizado no currículo para a formação de professores no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós Graduação em Educação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

FERREIRA, Ademir Antonio, REIS, Ana Carla Fonseca, PEREIRA, Maria Isabel, **Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias**. 3ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda & J. E. M. M. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S. A, 1999.

FISCHER, André Luiz. A **Constituição do Modelo Competitivo de Gestão de Pessoas no Brasil: um estudo sobre as empresas consideradas exemplares.** Tese (Doutorado em Administração) – Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

FISCHER, R. M. e FALCONER, A. P. **Voluntariado empresarial – estratégias de empresas no Brasil**. São Paulo: Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor – CEATS/USP, 1999.Disponível em: http://www. ceats. org. br. Acesso em: 16 jan. 2008.

FLEURY, Afonso e Fleury, Maria Tereza Leme. **Estratégias Empresariais e formação de competências: Um quebra-cabeça caleidoscópio da indústria brasileira.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

FLEURY, A. & FLEURY, M. T. L. **Gestão estratégica do conhecimento.** São Paulo: Atlas, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 35.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

_____.. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa.** 2.ed. São Paulo: Loyola, 1985.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1997.

KOTLER, P. C. **Gestão de Marketing – análise, planejamento, implementação e controle.** São Paulo: Editora Pratice Hall, 1991.

LAUDARES, João Bosco; TOMASI, Antônio. O técnico de escolaridade média no setor produtivo: seu novo lugar e suas competências. **Educação & Sociedade.** vol. 24, nº 85, p. 1237-1256, dez. 2003.Disponível em: <http://www. scileo. br>. Acesso em: 23 jan. de 2008.

LIMA FILHO, Domingos Leite. **Impactos das recentes políticas públicas de educação e formação de trabalhadores: desescolarização e empresariamento da educação profissional.** Perspectiva: Revista do Centro de Ciências da Educação, Florianópolis: v. 20, n. 02, p. 269-301, jul/dez. 2002.

_____. Formação de Tecnólogos: Lições da Experiência, Tendências Atuais e Perspectivas. **Boletim Técnico SENAC,** v. 25, n. 3, p. 1-15, set/dez 1999.Disponível em: <http://www. senac. br/informativo/>. Acesso em 21 jan. de 2008.

MACHADO, Rosana Pereira. **Formação Profissional no setor de serviços: o curso de tecnologia em Hoteleria do SENAC de SP.** São Paulo, 2002.Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC São Paulo.

MACULAN, N. ; RIBEIRO, C. C. ; HADDAD, F. **Program Prouni: changing the panorama of access to higher education in Brazil.** *IAU Horizons*, v. 12, n. 2, p. 9, 2006.

MAYO, A. **O valor humano da empresa:** valorização das pessoas como ativos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.

MEC/CNCST. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. 2006.Disponível em:< http://www. catalogo. mec. gov. br>. Acesso em: 15 de maio de 2008.

MEC/CNE. Conselho Nacional de Educação**: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico.** 2002.Disponível em: < http://www. portal. mec. gov. br/cne>. Acesso em: 20 de maio de 2008.

MEC/INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais: **Censo da Educação Superior.** 2004.Disponível em: < http://www. inep. gov. br>. Acesso em: 13 de maio de 2008.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais: **Censo da Educação Superior.** 2006 e 2007.Disponível em: < http://www. inep. gov. br>. Acesso em: 05 de maio de 2009.

MEC/SETEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica: **Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.** 2004.Disponível em: < http://www. portal. mec. gov. br/setec>. Acesso em 18 de junho de 2008.

MEYER JR, V. e LOPES, M. C. Planejamento e estratégia: Um estudo de caso em Universidades Brasileiras. **XVII Congresso Latino Americano de Estratégia – SLADE.** Itapema, 2004.

MINTZBERG, H. ; AHLSTRAND, B. ; LAMPEL, J. **Safári de estratégia:** um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre, Bookman, 2001.

_____. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

_____. O contexto maduro. In: MINTZBERG, H. e QUINN, J. B. **O Processo da Estratégia.** Porto Alegre, Bookmann, 2001.p. 249-263.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T. ; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica.** São Paulo: Papirus, 2000.

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. (orgs. ). **Currículo, cultura e sociedade.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NONAKA, I. e Takeuchi, H. **Criação de Conhecimento na Empresa.** Rio de Janeiro:Campus, 1997.

NICOLINI, A. **Qual será o futuro das fábricas de administradores.** Revista de Administração de Empresas, v. 43, n. 2, p. 44-54, 2003.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. **Mudanças no mundo do Trabalho: acertos e desacertos na proposta curricular para o Ensino Médio (Resolução CNE 03/98). Diferenças entre formação técnica e formação tecnológica.** Campinas: Educação & Sociedade, vol. 21, nº 70, p. 40-62, abr. 2000.

OLIVEIRA, Roberto Guena & ALDRICH, Dante Mendes. **Governança corporativa: para que e para quem?** Fipe. Informações. Vol. 240, São Paulo, set. 2000.

PEREIRA, Patrícia. **A volta por cima dos tecnólogos.** Revista Ensino Superior, São Paulo, n. 103, p. 21-25, abril/ 2007.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre Artmed, 1999.

PETEROSSI, H. G. Novas formas ocupacionais e a questão da educação profissional. IN MENEZES, J. G. C. M. e BATISTA, S. H. S. S. (orgs. ) **Revisitando a Prática Docente.** São Paulo: Thomson, 2003a.

PETEROSSI, H. G. Políticas Públicas de Educação Profissional: uma reforma em construção. In FAZENDA, I. C. e SEVERINO, A. J. (orgs. ). **Políticas Educacionais: o ensino nacional em questão.** São Paulo:Papirus, 2003b.

PIMENTA, Garrido S. & GHEDIN, E. **Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo, Cortez, 2002.

PIMENTA, Garrido S. & ANASTASIOU, Lea G. C. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo:Cortez, 2002.

PORTER, M. E. **Competição, estratégias Competitivas Essenciais.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRADO, Fernando Leme do. **O Tecnólogo.** São Paulo, publicado em 04/06/2004.Disponível em www. universia. com. br. Acesso em: 20 de fev. de 2008.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAMUEL, C C. e PETER, J. P. **Administração Estratégica – Planejamento e Implantação da Estratégia.** São Paulo: Makron Books, 2004.

SELLTIZ, C. ; WRIGHTSMAN, L. S. ; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: E. P. U. , 1987.

SEVERINO, J. A. A **Nova LDB e a Política de formação de Professores: um passo á frente e dois atrás**. In:Ferreira N. S. C. & Aguiar M. A. da S. ( Org). São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Educação, Sujeito e História..** São Paulo: Olho D'Àgua, 2001

SEVERINO, J. A. & FAZENDA, I. C. (Org). **Formação Docente: Rupturas e Possibilidades**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

SILVA, L. E. Bambini da. ; MAZZALI, L. **Parceria tecnológica universidade - empresa: um arcabouço conceitual para a análise da gestão dessa relação.** Revista Parcerias Estratégicas, nº 11, junho de 2001.Disponível em: http://www. mct. gov. br/CEE/revista/ rev11.htm. Acesso em: 05 fev. de 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOUZA, Eda C. B. Machado. **Organização de Curso de Especialização em Avaliação a Distância: Avaliação de Currículos e de Programas.** Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

SPENCER JR, L. M. Spencer, S. M. **Competence at Work: Models for Superior Performance.** New York: John Willey & Sons, 1993.

STAL, Eva. **Inovação: como vencer esse desafio empresarial.** São Paulo : Clio Editora, 2006.

VASCONCELOS, M. C. R. L. ; FERREIRA, M. A. T. **O processo de aprendizagem e a gestão do conhecimento em empresas mineiras de vanguarda.** In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, **Anais**, 26, 2002, Salvador. <www. inova. ufmg. br>.

VITORETTE, J. M. B. **A implantação dos Cursos Superiores de Tecnologia no CEFET PR.** 2001, 140 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Pós – Graduação em Tecnologia, Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. Curitiba, 2001.

XAVIER, R. A. P. **Capital Intelectual: Administração do Conhecimento como recurso estratégico para profissionais e organizações.** São Paulo: STS, 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DISCENTES DOS CURSOS DE TECNOLOGIA EM COMÉRCIO EXTERIOR DA UNINOVE:

Idade:____(anos)  Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
Fase do Curso:___semestre
Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Divorciado ( ) Outros
Possui filhos? ( ) Sim ( ) Não Quantos?__
Cidade em que reside: _____
Trabalha? ( ) Sim ( ) Não Qual a sua função? _____
Há quanto tempo nessa empresa?____(anos)
Cidade em que trabalha: _____ Horário que trabalha: _____

Por que você resolveu cursar Tecnologia em Comércio Exterior na UNINOVE?

_____

Na sua opinião, o Curso de Tecnologia em Comércio Exterior pode ser considerado:
( ) ótimo ( ) bom ( ) regular ( ) ruim

Em que aspectos o Curso de Tecnologia em Comércio Exterior poderia ser melhorado?

_____

Na sua visão, quais os pontos positivos do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE?

_____

Em que aspectos a gestão do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior poderia ser melhorada?

_____

Na sua visão, quais os pontos positivos na gestão Curso de Tecnologia em Comércio Exterior da UNINOVE?

_____

Qual a sua expectativa em relação ao seu futuro profissional:

em 01 ano? _____

em 05 anos? _____

em 10 anos? _____

Pretende cursar Pós-Graduação? ( ) Sim ( ) Não

Qual o curso de Pós-Graduação?

_____

Quais os pontos fortes do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior?

( ) Exigência de ordem e disciplina

( ) Instalações e equipamentos

( ) Relação teoria e prática

( ) Adequação do currículo

( ) Estrutura organizacional

( ) Ambiente acadêmico

( ) Corpo docente

( ) Relacionamento com os colegas

( ) Atendimento ao aluno

Quais as características que mais se aproximam do relacionamento da coordenação do seu curso com os alunos?

( ) Formal

( ) Informal

( ) Profissional

( ) Justo

( ) Sempre presente

( ) Participativo

( ) Transparente

( ) Flexível

Quais os pontos fracos do Curso de Tecnologia em Comércio Exterior?

( ) Exigência de ordem e disciplina

( ) Instalações e equipamentos

( ) Relação teoria e prática

( ) Adequação do currículo

( ) Estrutura organizacional

( ) Corpo docente

( ) Atendimento ao aluno

( ) Sem resposta

| CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA | | | | | | | | | | | | | | | | | Quais os pontos fortes do Curso de Tecnologia? | | | | | | | | | Quais as características que mais se aproximam do relacionamento da coordenação do seu curso com os alunos? | | | | | | | | Quais os pontos fracos do Curso de Tecnologia? | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Nº | CURSO | IDADE (ANOS) | SEXO | SEMESTRE | ESTADO CIVIL | POSSUI FILHOS | Nº DE FILHOS | CIDADE DA RESIDÊNCIA | TRABALHA | TEMPO DE EMPRESA ANOS | FUNÇÃO | CIDADE EM QUE TRABALHA | HORÁRIO DE TRABALHO | OPINÃO SOBRE O CURSO | PRETENDE CURSAR PÓS | CURSO DE PÓS | Exigência de ordem e disciplina | Instalações e equipamentos | Relação teoria e prática | Adequação do currículo | Estrutura organizacional | Ambiente acadêmico | Corpo docente | Relacionamento com os colegas | Atendimento ao aluno | Formal | Informal | Profissional | Justo | Sempre presente | Participativo | Transparente | Flexível | Exigência de ordem e disciplina | Instalações e equipamentos | Relação teoria e prática | Adequação do currículo | Estrutura organizacional | Corpo docente | Atendimento ao aluno | Sem resposta |
| 1 | TCE | 20 | M | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 2 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | SÃO PAULO | DAS 07 ÁS 17H | REGULAR | SIM | COMEX | | | | | 1 | 1 | | 1 | | 1 | | | | | | | | 1 | 1 | | | | | | |
| 2 | TCE | 24 | M | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 3 | ESCRITURÁRIO | SÃO PAULO | DAS 10H ÀS 16H | REGULAR | SIM | NÃO SABE | | | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | 1 | 1 | |
| 3 | TCE | 25 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 4 | N/R | SÃO PAULO | N/R | BOM | SIM | COMEX | | | | 1 | | | | 1 | | | | | | | | | | 1 | 1 | 1 | | 1 | 1 | 1 | |
| 4 | TCE | 21 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 3 | BACK OFFICE | SÃO PAULO | DAS 12 ÁS 18H | REGULAR | SIM | COMEX | | 1 | | | | | | 1 | | | | | | | | | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | |
| 5 | TCE | 30 | M | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 3 | PROJETISTA | SÃO PAULO | DIURNO | BOM | SIM | NÃO SABE | | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | 1 | 1 | | | 1 | 1 | 1 | |
| 6 | TCE | 27 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 5 | ASSISTENTE FINANCEIRO | SÃO PAULO | DAS 09H ÁS 18H | BOM | SIM | NÃO SABE | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | 1 | 1 | | 1 | 1 | 1 | |
| 7 | TCE | 20 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | NÃO | 0 | | | | REGULAR | SIM | NÃO SABE | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | |
| 8 | TCE | 23 | M | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 1 | ASSISTENTE DE IMPORTAÇÃO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | REGULAR | SIM | NÃO SABE | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | 1 | 1 | 1 | | 1 | 1 | | |
| 9 | TCE | 30 | F | 3 | CASADO | SIM | 1 | SUZANO | SIM | 1 | N/R | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | RUIM | SIM | NÃO SABE | | | | | | | 1 | | | | 1 | | | | | | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | |
| 10 | TCE | 21 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 3 | AUXILIAR DE IMPORTAÇÃO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | REGULAR | N/R | N/R | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | 1 | | | | | |
| 11 | TCE | 27 | M | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | OSASCO | SIM | 6 | BANCÁRIO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | BOM | SIM | NÃO SABE | | | | 1 | | 1 | | 1 | | 1 | | | | | | | | | 1 | | | | | |
| 12 | TCE | 26 | F | 3 | SOLTEIRO | SIM | 1 | SÃO PAULO | SIM | 3 | N/R | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | REGULAR | SIM | ECONOMIA | | | 1 | | | | | 1 | | | | | | | | | | 1 | | 1 | | | | 1 | |
| 13 | TCE | 34 | M | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | OSASCO | SIM | 2 | CONFERENTE DE EXPEDIÇÃO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | BOM | SIM | COMEX | | | | | | | | 1 | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | 1 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 14 | TCE | 20 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | N/R | SIM | 1 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | COTIA | DAS 08H ÁS 18H | REGULAR | NÃO | | | | 1 | | | | 1 | | 1 | | | | | | | | | | | 1 | 1 | 1 | |
| 15 | TCE | 25 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | N/R | NÃO | 0 | | | | REGULAR | SIM | NÃO SABE | 1 | | 1 | | 1 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | 1 | 1 | |
| 16 | TCE | 42 | M | 3 | OUTROS | SIM | 3 | SÃO PAULO | SIM | 11 | GERENTE DE SUPRIMENTOS | SÃO PAULO | DAS 09H ÁS 19H | BOM | NÃO | | | 1 | | 1 | | | | 1 | | 1 | | | | | | | 1 | | 1 | | | | |
| 17 | TCE | 21 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 2 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 16:30H | REGULAR | SIM | LOGÍSTICA | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | 1 | 1 | | | 1 | 1 | |
| 18 | TCE | 25 | M | 3 | CASADO | SIM | 1 | SÃO PAULO | SIM | 10 | AJUDANTE DE DESPACHANTE | SÃO PAULO | DAS 08:30 ÁS 18H | BOM | SIM | COMEX | 1 | | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | 1 | | | | |
| 19 | TCE | 31 | M | 3 | CASADO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 3 | OPERADOR DE MÁQUINA | SÃO PAULO | DAS 06H ÁS 14H | REGULAR | SIM | N/R | | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 20 | TCE | 28 | F | 3 | OUTROS | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 9 | ADMINISTRATIVA | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 18H | REGULAR | NÃO | N/R | 1 | | | 1 | | | | 1 | | 1 | | | | | | | | 1 | 1 | | | | | |
| 21 | TCE | 39 | F | 3 | CASADO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 23 | TÉCNICO DE SEGUROS SENIOR | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17:30H | BOM | SIM | N/R | | 1 | 1 | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | 1 |
| 22 | TCE | 23 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 2 | ASSISTENTE DE COMPRAS | SÃO PAULO | DAS 07 ÁS 17H | RUIM | NÃO | N/R | | | | | | | | 1 | | | | | | | | 1 | | 1 | | | | | 1 | |
| 23 | TCE | 23 | M | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | CAIEIRAS | SIM | 1 | ASSISTENTE DE EXPORTAÇÃO | SÃO PAULO | DAS 08:30 ÁS 18H | RUIM | SIM | COMEX | | | | 1 | | 1 | | 1 | | | | | | | | | 1 | 1 | | | | 1 | 1 | |
| 24 | TCE | 26 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | JANDIRA | SIM | 6 | N/R | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | REGULAR | SIM | NÃO SABE | | | | 1 | | | | 1 | | | | | | | | | | | 1 | | 1 | 1 | 1 | |
| 25 | TCE | 21 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | NÃO | 3 | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | SÃO PAULO | DAS 09H ÁS 17H | REGULAR | SIM | DIREITO | | | | | 1 | | 1 | 1 | | | 1 | | | | | | | | 1 | 1 | | | | 1 | |
| 26 | TCE | 25 | M | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 2 | ADMINISTRATIVA | SÃO PAULO | DAS 09H ÁS 17H | BOM | SIM | COMEX | 1 | | | | 1 | 1 | | 1 | | | 1 | | 1 | | | | | 1 | | 1 | | 1 | | 1 | |
| 27 | TCE | 26 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 5 | ADMINISTRATIVA | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 18H | BOM | NÃO | | | | 1 | | | | | 1 | | | | | | | 1 | | | | | | | | | 1 |
| 28 | TCE | 32 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | NÃO | | | | | REGULAR | SIM | COMEX | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | 1 | 1 | | | | 1 | |
| 29 | TCE | 20 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 2 | ATENDENTE | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | REGULAR | SIM | COMEX | | 1 | 1 | | | | | 1 | | 1 | | | | | | | | | | | 1 | | 1 | |
| 30 | TCE | 33 | M | 3 | CASADO | SIM | 1 | SÃO PAULO | SIM | 3 | ANALISTA DE IMPORTAÇÃO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | REGULAR | SIM | COMEX | | | | | | | | 1 | | | | 1 | | | | | | 1 | | | | 1 | 1 | |
| 31 | TCE | 26 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 1 | ASSISTENTE DE IMPORTAÇÃO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | REGULAR | SIM | DIREITO | | | | 1 | | | | 1 | | | 1 | | | | | | | 1 | | | | 1 | 1 | |
| 32 | TCE | 23 | M | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 1 | AUXILIAR DE IMPORTAÇÃO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 18H | REGULAR | SIM | COMEX | | | | | | | | 1 | | 1 | | | | | | | | | | | | | | 1 |
| 33 | TCE | 23 | F | 3 | OUTROS | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 4 | AUXLAR DE ESRITÓRO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17:30H | REGULAR | SIM | COMEX | | | | | | | | 1 | | | 1 | | | | | | | 1 | 1 | | | | 1 | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 34 | TCE | 21 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 1 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17:30H | REGULAR | SIM | NÃO SABE | | | | 1 | | 1 | | 1 | | | | 1 | | | | | 1 | 1 | | | 1 | 1 | 1 | |
| 35 | TCE | 26 | F | 3 | SOLTEIRO | SIM | 1 | SÃO PAULO | SIM | 1 | ASSISTENTE FINANCEIRO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 18H | BOM | SIM | NÃO SABE | | | | | | 1 | | 1 | | | | | | | | 1 | | | | | | | 1 | |
| 36 | TCE | 46 | M | 3 | SOLTEIRO | SIM | 3 | SÃO PAULO | SIM | 3 | GERENTE DE RELACIONAMENTO | SÃO PAULO | DAS 09H ÁS 18H | BOM | SIM | GESTÃO DE NEGÓCIOS | | | | | | 1 | | 1 | | | 1 | | | | | | | | | | | | 1 | 1 |
| 37 | TCE | 29 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | NÃO | | | | | REGULAR | SIM | NÃO SABE | | | 1 | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | 1 | | 1 | |
| 38 | TCE | 23 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 4 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | REGULAR | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | |
| 39 | TCE | 32 | M | 3 | SOLTEIRO | SIM | 1 | SÃO PAULO | NÃO | 1 | DESPACHANTE ADUANEIRO | | | REGULAR | SIM | LOGÍSTICA | | | | | | 1 | | 1 | | | | | | | | 1 | | | | | | | 1 | |
| 40 | TCE | 27 | M | 3 | CASADO | SIM | 1 | SÃO PAULO | SIM | 4 | ANALISTA DE IMPORTAÇÃO | SÃO PAULO | DAS 09:30H ÁS 18:30H | REGULAR | SIM | NÃO SABE | | 1 | | | 1 | | | 1 | | 1 | | | | | | | 1 | | 1 | | | | 1 | |
| 41 | TCE | 26 | M | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 3 | ASSISTENTE DE IMPORTAÇÃO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | BOM | SIM | LOGÍSTICA | | | | 1 | | | | | | | | 1 | | | | | | | | | | | | 1 |
| 42 | TCE | 24 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | CAIEIRAS | SIM | 1 | ESTAGIÁRIA | CAIEIRAS | DAS 08H ÁS 17H | RUIM | SIM | LOGÍSTICA | | | | | | 1 | | | | | 1 | | | | | | | | | | | 1 | | |
| 43 | TCE | 25 | F | 3 | DIVORCIADO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 4 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | SÃO PAULO | DAS 07 ÁS 17H | BOM | SIM | LOGÍSTICA | 1 | | | 1 | | 1 | | 1 | | | 1 | | | | 1 | | | 1 | | | | | 1 | |
| 44 | TCE | 29 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | CAIEIRAS | SIM | 1 | GESTOR | SÃO PAULO | DAS 09H ÁS 18H | BOM | SIM | NÃO SABE | 1 | | | | | | | 1 | | | 1 | | | | | | | | 1 | | | | 1 | |
| 45 | TCE | 23 | M | 3 | CASADO | NÃO | 0 | CAIEIRAS | SIM | 1 | VENDEDOR | CAIEIRAS | DAS 09H ÁS 18H | ÓTIMO | SIM | MARKETING | | | | 1 | 1 | | | 1 | | | | 1 | | | | | | | | | | | | 1 |
| 46 | TCE | 22 | M | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 1 | COORDENADOR DE COMPRAS | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | ÓTIMO | SIM | LOGÍSTICA | | | 1 | | | | | | | | 1 | | | | | 1 | | 1 | | 1 | | 1 | |
| 47 | TCE | 24 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | NÃO | | | | | REGULAR | NÃO | | 1 | | | | 1 | | | | | 1 | | | | | | | | 1 | 1 | | | | 1 | |
| 48 | TCE | 33 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 1 | ASSISTENTE FINANCEIRO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | REGULAR | SIM | PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | | | 1 | 1 |
| 49 | TCE | 32 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | NÃO | | | | | BOM | SIM | COMEX | | | | 1 | | 1 | | 1 | | | 1 | 1 | 1 | | | 1 | | | | 1 | | | 1 | |
| 50 | TCE | 52 | M | 3 | CASADO | SIM | 2 | SÃO PAULO | SIM | 20 | EMPRESÁRIO | SÃO PAULO | DAS 09H ÁS 18H | BOM | SIM | N/R | | 1 | 1 | | | 1 | 1 | 1 | | | 1 | 1 | 1 | | | | 1 | | | | | 1 | | 1 | |
| 51 | TCE | 30 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 3 | AUXILIAR ADMINISTRATIVO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | BOM | SIM | NÃO SABE | | | | | 1 | 1 | | 1 | | | | 1 | | | 1 | | | 1 | 1 | | | | 1 | |
| 52 | TCE | 25 | M | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 8 | DESPACHANTE | SÃO | DAS 08H | BOM | SIM | COMEX | 1 | | | 1 | 1 | 1 | | 1 | | | | | | | 1 | | | | | 1 | | | 1 | |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | | | | | ADUANEIRO | PAULO | ÁS 17H | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 53 | TCE | 25 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 8 | ASSISTENTE DE IMPORTAÇÃO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | BOM | SIM | LOGÍSTICA | 1 | 1 | 1 | | | | | | 1 | 1 | | | | | | | | | | 1 | | 1 | 1 | |
| 54 | TCE | 25 | F | 3 | SOLTEIRO | NÃO | 0 | SÃO PAULO | SIM | 1 | AUXILIAR DE IMPORTAÇÃO | SÃO PAULO | DAS 08H ÁS 17H | REGULAR | SIM | NÃO SABE | 1 | | 1 | | | | 1 | | 1 | 1 | | | | | 1 | | 1 | 1 | | 1 | | | 1 | | |
| 55 | TCE | 31 | M | 3 | CASADO | SIM | 1 | OSASCO | SIM | 2 | ANALISTA DE COMÉRCIO EXTERIOR | SÃO PAULO | DAS 09H ÁS 18H | BOM | SIM | ECONOMIA | | | | | 1 | | | | | | | 1 | | | | | | | 1 | | | | | | |
| 56 | TCE | 24 | M | 3 | CASADO | NÃO | 0 | OSASCO | SIM | 7 | BANCÁRIO | SÃO PAULO | DAS 09H ÁS 18H | BOM | SIM | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 |

# Livros Grátis

( http://www.livrosgratis.com.br )

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo